

DULCE MARIA BARBOSA CANTALICE

ALAGAMAR: UM CONFLITO SOLUCIONADO?

Dissertação apresentada
ao curso de MESTRADO EM
ECONOMIA da Universidade
Federal da Paraíba, em
cumprimento às exigências
para obtenção do Grau de
Mestre.

AREA DE CONCENTRAÇÃO: ECONOMIA RURAL

IVAN TARGINO MOREIRA
Orientador

CAMPINA GRANDE

FEVEREIRO - 1984

"É LAMENTÁVEL QUE O FORMALISMO ACADÊMICO
IMPONHA QUE EU ASSINE SOZINHO ESTE TRABALHO, QUANDO TODOS
SABEM QUE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA - COMO TODA PRODUÇÃO EM GE-
RAL NOS DIAS DE HOJE - NÃO É MAIS UM ATO INDIVIDUAL, SENÃO
COLETIVO". (da tese de Doutorado de JOSÉ F. GRAZIANO DA
SILVA)



C229a Cantalice, Dulce Maria Barbosa.
Alagamar : um conflito solucionado? / Dulce Maria
Barbosa Cantalice. - Campina Grande, 1984.
110 f.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade
Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1984.
"Orientação : Prof. Ivan Targino Moreira".
Referências.

1. Questões Agrárias - Reformas. 2. Terras e
Propriedades - Economia Rural. 3. Intervenção do Estado -
Alagamar. 4. Economia - Dissertação. I. Moreira, Ivan
Targino. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina
Grande (PB). III. Título

CDU 332.021.8:63(043)

ALAGAMAR: UM CONFLITO SOLUCIONADO?

DULCE MARIA BARBOSA CANTALICE

DISSERTAÇÃO APROVADA

EM / / 1984

Orientador

Componente da Banca

Componente da Banca

CAMPINA GRANDE

FEVEREIRO - 1984

ESTE TRABALHO ESTÁ SENDO DEDICADO
PELA AUTORA:

À MEMÓRIA DE DANIEL MARTINHO BAR-
BOZA, SEU PAI

E A SUA FILHA MARIA LUÍZA SIQUEI-
RA CAMPOS CANTALICE.

AGRADECIMENTOS

A autora, movida por um impulso sincero e profundo, antecipa o cumprimento da obrigação de agradecer a todos quantos, confiando na seriedade das suas intenções e na intensidade de seu esforço, vêm contribuindo para orientar, esclarecer, apoiar, estimular, ou, pelo menos, não obstaculizar o andamento deste trabalho.

Face o nível e/ou a extensão da colaboração que cada um deles tem prestado, torna-se necessário mencionar aqui: - Izabel Alencar Diniz, que, colocada em segundo lugar na seleção realizada no final de 1978 pela Fundação Instituto de Planejamento da Paraíba - FIPLAN entre os seus técnicos pretendentes a mestrado, optou pela desistência, lutando pela indicação de quem havia ficado na terceira colocação, esta que pretende concluí-lo em breve; - na função de Secretário do Planejamento e Coordenação Geral, Francisco Sales Cartaxo Rolim, por ter autorizado a liberação para realização do curso; - enquanto superintendentes da FIPLAN, José de Oliveira Costa, que constituiu a comissão incumbida de selecionar os candidatos a serem indicados e liberados pela instituição para mestrado e que veio posteriormente a aceitar e a concretizar a indicação de seu nome, Ignácio Tavares de Araújo, que soube compreender a necessidade de afastamento para elaboração da Dissertação e, compensar a dedicação diuturna desta funcionária à FIPLAN, possibilitando-lhe ausentar-se do trabalho sem prejuízos, Luiz Rodrigues Kehrle, por ter respeitado e mantido essa decisão anterior, ampliando-a com apoio logístico em termos de fornecimento de papel e xerocópias através da FIPLAN; - os professores, Ivan Targino Moreira, pela capacidade, competência e disponibilidade evidenciadas ao contribuir, sem medir esforços, numa orientação consciente, consequente e responsável, para a definição, elaboração e construção do

conteúdo, estrutura e forma deste trabalho, demonstrando sempre o máximo de respeito pela linha de abordagem e pelos pontos de vista da autora, Carlos Alberto de Brito, pelo incentivo fundamental e decisivo para a retomada inicial do trabalho, pelo apoio efetivo e pela valiosa coorientação através de críticas e sugestões, Francisco Fernando Ribeiro Monte, pelos estímulos à perseverança no estudo do assunto, pelo aperfeiçoamento e enriquecimento na construção de todo o referencial teórico-metodológico, bem como pela disponibilidade de leitura crítica e colaboração no restante do trabalho; - Maria Elzenita Braga Alves de Oliveira, pela acuidade de suas críticas minuciosas e pelas enriquecedoras contribuições ao que vem sendo produzido; - os médicos, Everaldo Soares Junior - este como psicólogo - e José Francisco de Andrade, acupunturista, que, através de competentes serviços profissionais, atenção, apoio e dedicação, têm propiciado condições para o enfrentamento desta Dissertação; - os advogados, Rômulo de Araújo Lima e José Tarcísio Fernandes, por esclarecimentos profissionais quanto a condições e possibilidades legais de se conseguir um prorrogamento final para entrega e subsequente apresentação oral da Dissertação; - as colegas de Mestrado, professora Áurea Baltazar, professora Claudete Coelho Guedes, Gelfa de Maria Costa Aguiar, Ivone Vital Torres Barbosa e Madalena Herculano dos Santos, pelas suas contribuições em termos de empréstimo de bibliografia, colaboração manual e/ou eventuais sugestões; - o professor Rubens Pinto Lyra e os colegas de trabalho Carlos Gonçalo de Oliveira, Eduardo Henrique Gomes de Sousa, Farid Eid e Maria Luiza Marques Evangelista, por meio dos quais foi possível o acesso a obras que se fazia condição essencial ao prosseguimento do trabalho; - Maria Arlete de Souza, pela meticulosa revisão; - Gilvanete dos Santos Carvalho (Tutu) e Rosângela Correia de Almeida (Mana), por terem se disposto a efetivamente substituir, de forma incansável, durante o tempo que tem durado

a redação deste trabalho, a mão e o braço direito da con-
cluente, em sua falta de coordenação motora; - Angela Ma-
ria Metri Tejo, pela constante predisposição a servir ma-
nifesta na presteza e eficiência com que tomou inúmeras
providências indispensáveis ao término desta Dissertação e
deste curso; - Antonio Camelo Borba, Maria de Fátima Costa
de Medeiros e Maria de Fátima Lourenço da Silva, por terem
assumido totalmente as providências rotineiras internas e/
ou externas necessárias à manutenção da sua infra-estru-
tura doméstica, permitindo a concentração necessária à
exeqüibilidade deste trabalho; - Emília de Rodat Martinho
Barbosa, Maria Luiza Siqueira Campos Cantalice e Walter-
silvana Maria Souto Brandão, pelo desempenho esporádico co-
mo auxiliar de escrita; - Luiz de Gonzaga de Lucena Costa,
pela imensa e constante boa vontade em por à disposição des-
te trabalho os "serviços gerais" da FIPLAN, sob sua respon-
sabilidade; - Marcos Medeiros Formiga, que, funcionando co-
mo datilógrafo, auxiliou a observância das normas contidas
na publicação Estrutura e Apresentação de Dissertação e
Tese, exigidas pela Coordenação do Mestrado, extrapolando
esta função como amigo devotado, quando se fez necessário;-
Antônio Aécio Fernandes Bezerra, pela tarefa de xerocopiar
todo o trabalho.

Com todas as pessoas aqui relacionadas e mesmo com
as que não foram nominalmente citadas, mas têm contribuído
para a materialização desse seu esforço, a concluente/auto-
ra sente-se no dever de repartir os possíveis méritos pelos
acertos que vierem a ser reconhecidos.

Ao contrário, ela assume como única e exclusiva res-
ponsável os erros que possam vir a ser constatados isentan-
do todo e qualquer outro de co-responsabilidade neste sen-
tido.

Ainda é seu desejo que a continuidade de seus rela-
cionamentos inter-pessoais lhe oportunize ocasiões de de-
monstrar diretamente e retribuir, pelo menos em parte, o

seu reconhecimento e a sua gratidão. Isto nunca poderá ser feito o suficiente.

Campina Grande, 28 de Fevereiro de 1984.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	...
APRESENTAÇÃO	
1 - PORQUE ESTUDAR UM CONFLITO SUPOSTAMENTE SOLUCIONADO	
2 - DIFERENTES ABORDAGENS SOBRE A QUESTÃO	12
2.1 - DUAS VISÕES DE MARX SOBRE O DESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES	13
2.1.1 - CONCEPÇÃO MARXISTA SOB O ESQUEMA EVOLUTIVO CRONOLÓGICO	14
2.1.2 - CONCEPÇÃO MARXISTA MULTILINEAR DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO	18
2.2 - A TRANSFORMAÇÃO DA AGRICULTURA PELO CAPITALISMO SEGUNDO KAUTSKY	27
2.3 - O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E O CAMPESINATO SEGUNDO LÊNIN	37
2.4 - O ESTADO: DA DOMINAÇÃO DE CLASSE À VIABILIZAÇÃO DO CAPITAL	48
3 - EM QUE SE BASEAR PARA COMPREENDER O CASO	67
4 - O CONFLITO DE ALAGAMAR À LUZ DA CONCEPÇÃO DO ESTADO VIABILIZADOR DO CAPITAL	...
4.1 - ESTRUTURA PRODUTIVA DA MICRORREGIÃO AGRO-PASTORIL DO BAIXO PARAÍBA	...
4.2 - ALAGAMAR: HISTÓRICO DE UM CONFLITO	...
4.3 - O CAPITAL EM ALAGAMAR: OS CAMINHOS DE UMA DOMINAÇÃO	...

4.4 - INTERVENÇÕES DIRETAS E INDIRETAS DO ESTADO NA VIABILIZAÇÃO DO CAPITAL	...
5 - A GUIA DE CONCLUSÕES	...
6 - INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS	74
6.1 - REFERENCIADAS	74
6.2 - CONSULTADAS	82
6.3 - A CONSULTAR	93
APÊNDICE	
TENTATIVA DE PERCEPÇÃO DA REALIDADE	96
I . PROCEDIMENTOS UTILIZADOS	96
II. LEVANTAMENTO DOS DADOS INSTRUMENTOS E FONTES	...
ANEXOS	...

(CONVENÇÃO:

Ítems não concluídos...)

APRESENTAÇÃO

Este é um trabalho ainda inconcluso; melhor dizendo, a nível de produto final, escrito, está apenas sendo iniciado.

A duas funções precípuas ele se prestaria, se concluído. Primeiramente, à que diz respeito a sua própria condição de parte do embasamento teórico de um estudo contínuo. Enquanto tal, ele propõe uma forma de se entender e explicar o conflito pela terra a partir da compreensão do avanço do capital e do fato deste avanço estar sendo propiciado pelo Estado.

Este papel, é possível que esta Dissertação cumpra, embora sem que esteja finalizada.

A segunda e principal função que lhe caberia seria a de interpretar um exemplo concreto dessa questão, elucidando as raízes da atuação do Estado, como condicionador do capital, na geração do conflito, e na aplicação de sua pretensa solução.

Inúmeras dificuldades, cuja menção não cabe aqui, constituíram obstáculo intransponível a que a construção da segunda parte do estudo fosse expressa graficamente, em caráter terminal, em tempo hábil.

Face à finalidade formal de atendimento a prazo estabelecido pelo mestrado, o trabalho, forçosamente, surge, embora inacabado.

Espera-se, no entanto, que a parte apresentada sirva de aval para a concessão de um crédito de confiança quanto à possibilidade de que venha a ser satisfatoriamente concluído.

Isto posto, resta lembrar que o período máximo que possa vir a ser concedido torna-se pouco, quando se prova que se está buscando o mínimo indispensável de aprofundamento, não por imposições regulamentares, mas por convicção pessoal.

DULCE MARIA BARBOSA CANTALICE

1. PORQUE ESTUDAR UM CONFLITO SUPOSTAMENTE SOLUCIONADO.

Em torno de questões fundiárias, têm ocorrido, com muita intensidade, conflitos sociais no meio rural brasileiro. A estrutura da terra, marcadamente concentrada, unida às formas predominantes de propriedade, posse e uso do solo, organização da produção e relações de trabalho, tem sido o pano de fundo desses conflitos. Sabe-se, no entanto, que a expansão do capital na produção agrícola, dependendo dos ditames do padrão e do ritmo de acumulação, assume diferentes formas. Assim sendo, no Brasil, especialmente em algumas regiões e culturas, o capital, tecnificando a produção agrícola, não modificou, mas acentuou o monopólio da terra. O comando da produção passou a ser do capital, que, não por impossibilidade, mas devido à própria forma que assumiu aqui o seu desenvolvimento, não transformou a estrutura agrária, mas, a ela agregou novas características, decorrentes da necessidade de elevação da taxa de lucro, ou seja, da racionalidade econômica sob o ponto de vista do capital. Por outro lado, tem-se a considerar que essa expansão não é algo desvinculado do Estado, mas, ao contrário, viabilizado ou condicionado por políticas governamentais voltadas para permitir a acumulação, amortecendo em alguns casos, inclusive, os choques entre as classes sociais.

Foi dentro desse quadro geral que se intensificaram os conflitos no período 1970 - 80. Levantamentos realizados ao final desta década indicam que a cada três dias, aproximadamente, os principais órgãos de imprensa do centro cultural do país noticiavam um conflito pela terra. E esse dado não chega a 10,0% daqueles registrados pelos órgãos de classe dos trabalhadores rurais que apontam ainda número significativo de vítimas fatais entre os envolvidos (1). Posteriormente,

(1) REFORMA AGRÁRIA. Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA - Ano VII, jul/ago, 1977, nº 04, p. 8 e 9. Ano X, mar/abr, 1980, nº 02, p. 8.

um relatório da Comissão Pastoral da Terra registra, além dos 916 antigos conflitos não solucionados, que apenas no período compreendido entre Jan/Jul de 1982 iniciaram-se mais 93 contendas pela posse da terra, envolvendo mais de 45 mil famílias e cerca de 200 mil pessoas, disputando um total de 1.228.654 hectares de terra em 22 Estados, inclusive resultando em 23 assassinatos (2).

Os processos de valorização da terra e de substituição das lavouras de subsistência por culturas marcadamente comerciais, com elevada composição orgânica do capital, utilizadoras de práticas modernas de cultivo, condicionam tentativas frequentes de expulsão de posseiros e pequenos arrendatários. Quando esses produtores manifestam resistência, surgem as mais diversas formas de conflito.

A solução dos problemas decorrentes dessas contradições tem cabido ao Estado que, de uma forma também paradoxal, mantém, na esfera do discurso, como objetivo social, o apoio aos "agricultores de baixa renda"*, enquanto vem promovendo maiores níveis de eficiência econômica através de incentivos fiscais e várias outras formas de subsídios que beneficiam diretamente empresários e grandes proprietários rurais. Por outro lado, apesar da legislação específica regulamentadora, a intervenção estatal em áreas de conflito aparece dúbia e vacilante, tendendo mais para o lado de maior peso na relação de forças. Comportamento esse que evidencia a contradição inerente ao próprio Estado: do mesmo modo que procura garantir a reprodução do capital e da força de trabalho, tenta amortecer os conflitos daí resultantes.

(2) FOLHA DE SÃO PAULO. (Jornal Diário) Os conflitos pela terra são mais de mil, afirma a CNBB . p. 7/ NACIONAL, 09/set/1982.

* Eufemismo utilizado para denominar aqueles pequenos produtores rurais que não chegam a conseguir, com o dispêndio de sua força de trabalho, o suficiente para sua reprodução.

A partir do surto desenvolvimentista, surgido em meados da década de 50, até o início da década seguinte, a Paraíba já havia sido palco de intensos movimentos sociais no campo, época das Ligas Camponesas (3).

No entanto, depois de 1964, sob a repressão do governo autoritário, enquanto eram acionados mecanismos diversos de integração ideológica e controle governamental dos pequenos produtores rurais, os conflitos não assumiram a forma de luta organizada.

Até aproximadamente meados da década de 70, não se registra em nosso Estado intensificação, ou ocorrência generalizada, de conflitos pela terra. No entanto, eles, que já vinham surgindo de uma forma velada, começaram, a partir de 1977, a se manifestar simultaneamente em diferentes locais, vindo então a conhecimento público, ocasionando um clima geral de tensão de amplitude crescente.

Quase sempre esses conflitos eclodiam quando um grande proprietário, ou empresário capitalista, responsável por um imóvel com grande extensão de área, onde existiam outros pequenos estabelecimentos, decidia vender a propriedade, ou efetuar, ou ampliar, investimentos, incluindo expansão ou mudança de cultivo, sobretudo para cana e capim. Os pequenos produtores, que cultivavam produtos alimentares, tipo milho, feijão e mandioca, ou comerciais, tipo algodão, sisal e mesmo cana, quando procuravam permanecer na terra - da qual retiravam o necessário à reprodução da força de trabalho sua e de sua família - entravam em choque com os interesses e necessidades do proprietário ou empresário, que, ao investir, esperava o retorno do capital empregado.

Quando esses interesses e necessidades prevaleciam, ocorria a expulsão, mais ou menos violenta, de agricultores

(3) Para maiores esclarecimentos ver: AZEVEDO, Fernando Antonio. Ligas Camponesas. Rio de Janeiro, PAZ E TERRA, 1982. e AUED, Bernadete Wrublevski. A vitória dos Vencidos (Partido Comunista Brasileiro - PCB - e Ligas Camponesas. 1955 - 64). Dissertação de Mestrado. Campina Grande. 1981. Mimeo.

que residiam na área em questão. Assim é que, em João Pessoa, entre a população residente em locais concentradores de habitações subnormais e, portanto, utilizados por pessoas com rendimento muito baixo, a grande maioria é constituída por egressos da zona rural onde eram mão-de-obra familiar, arrendatários e proprietários de pequena parcela de terra, parceiros, assalariados e outras categorias, cujos motivos alegados para justificar a saída da zona rural foram problemas fundiários e ocupacionais, entre os quais: "procurar emprego", "lã não tinha mais agricultura para trabalhar", "o dono morreu, tendo a terra sido dividida entre herdeiros", "o dono da terra botou para fora os moradores porque ia plantar cana" (4).

Por sua vez, esses migrantes evidenciaram-se originários das seguintes microrregiões homogêneas: Piemonte da Borborema, Litoral Paraibano, Brejo Paraibano e Agro-Pastoril do Baixo Paraíba, o que, talvez, possa ser atribuído a mudanças ocorridas em cada uma delas. Na primeira, as terras, anteriormente usadas para cultivo de subsistência, passaram a ser utilizadas pela pecuária, atividade notadamente poupadora de mão-de-obra, limitando em muito a absorção da força de trabalho. Quanto ao Litoral Paraibano, onde se sobressai a monocultura açucareira, apresenta tendência à modernização no cultivo da cana, bem como na sua transformação em açúcar e, mais recentemente, em álcool, de forma a reduzir a possibilidade de ocupação da força de trabalho. E, finalmente, a expansão da cultura canavieira incorpora terras anteriormente voltadas para cultivo de produtos alimentares a cargo dos pequenos produtores (5). Nas outras

(4) FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DA PARAÍBA. Coordenadoria de Estudos e Pesquisas. Populações de Baixa Renda: Origem e Aspirações. João Pessoa, 1983, p. 64, 65 e 68.

(5) Id., *ibid.*, p. 70, 71 e 81.

duas microrregiões, acontecem de forma semelhante ambos os fenômenos.

Outro aspecto que deve ser ressaltado é a época em que recrudesceram os fluxos migratórios oriundos dos municípios interioranos para a capital do Estado, ou seja, a partir do período 1954 - 59. Vários fatores devem ter contribuído para isto, entre eles, o processo de concentração fundiária, com a incorporação de áreas até então empregadas em culturas de subsistência, a adição, embora não generalizada, de inovações tecnológicas poupadoras de mão-de-obra, a canalização de incentivos governamentais, através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE - a partir de 1960 - o fenômeno da seca, agravando os efeitos da concentração de renda e terra (6) e, após 1975, o Programa Nacional do Alcool - PROÁLCOOL -, desrespeitando áreas até então reservadas para culturas de alimentos (7).

O censo demográfico de 1980 confirma essa migração, quando aponta a perda líquida de 350.000 pessoas pela Paraíba, Estado mais afetado por esse fenômeno na região (8), quando é sabido que a maior frequência da origem desse fluxo recai sobre a zona rural.

Por outro lado, os agricultores que permaneciam no campo, procurando resistir às tentativas de expulsão, provocavam, com isto, a continuidade e a intensificação do processo conflituoso que chegava às vezes a incluir destruição de plantações e de benfeitorias e até mesmo violência física contra pessoas.

Dentro desse quadro de instabilidade, insegurança e constante ameaça, os pequenos produtores procuravam usar, em alguns casos, o disforço, tendo chegado a arrancar cana, ca-

(6) Id., *ibid.*, p. 72.

(7) A UNIÃO, JOÃO PESSOA (Jornal Diário). "Secretário explica causas dos conflitos de terra". 17/out. 1981.

(8) SUDENE. Superintendência Adjunta de Desenvolvimento Social e Infra-estrutura. Proposições de Política Social para o Nordeste. Recife. SUDENE, 1983, p. 86.

pim e cercas, se e quando localizados em suas posses, de modo a defender suas condições de produção material, bem como o direito de sobrevivência e permanência na área.

Segundo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Paraíba-FETAG-PB - até 1981, havia quase 17 mil agricultores envolvidos em conflitos no Estado (9).

Os casos referem-se basicamente a "moradores" arrendatários, ou não*, que enfrentam elevação abusiva do foro, ações de despejo, tentativas de retomada da terra por meio judicial, ou pela força, destruição de lavouras, entre outras formas de intimidação. Esses conflitos atingem quase setenta propriedades situadas em cerca de trinta municípios de oito diferentes microrregiões, conforme Tabela 1.

Em suma, é o capital necessitando "libertar" a terra, enquanto meio de produção, de formas de organização que não se coadunavam com a sua expansão na esfera produtiva e que só foram permitidas apenas enquanto não se constituíam impedimento a essa expansão.

É inegável que, a partir da fase em que uma dessas lutas emergia, quando os pequenos produtores ficavam geralmente impedidos de criar e plantar culturas permanentes e, ao mesmo tempo, destruíam-se cultivos e atrasavam-se investimentos pretendidos, havia ponderáveis prejuízos econômicos para o próprio Estado, que, na maior parte das vezes, tinha favorecido os projetos de expansão da produção agrícola, via grande empresa, através de suporte financeiro, subsídios ou isenções.

(9) CONTAG. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Encontro sobre Conflitos de Terra. Relatório. Brasília-DF, OUT/81, p. 21.

* Agricultores residentes em engenhos, usinas ou fazendas que ou arrendavam pequenas parcelas de terra - foreiros ou rendeiros - ou simplesmente, por terem sido imobilizados em épocas anteriores, através da cessão de um sítio ou roçado, ainda permaneciam com sua posse-possesores -.

LITOS PELA POSSE E USO DA TERRA QUE VIERAM A PÚBLICO NO ESTADO DA PARAÍBA

ENDO MICRORREGIÕES, MUNICÍPIOS E PROPRIEDADES

- 82

MICRORREGIÕES (MRRH)	MUNICÍPIOS	PROPRIEDADES	
DO PARAIBANO (090) NATAU (091)	PEDRA LAVRADA	SÍTIO AROEIRA (1)	
	ARARUNA BARRA DE SANTA ROSA DONA INÊS	SÍTIO CASCÁVEL (1) FAZENDA QUANDU (1), (2) e (3) FAZENDA SÍTIO (1) e (4)	
ONTE DA BOBBOREMA (092)	ALAGOA GRANDE BELEM	FAZENDA MARES (3) e (4) SÍTIO PIRRIQUIM (4)	
	SERRA DA RAIZ (2) SERRA REDONDA	FAZENDA LAMEIRO (1) e (4) FAZENDA PEDRA DO MARINHEIRO (3)	
CAL PARAIBANO (093)	ALHANDRA	FAZENDA ANDREZA (3) FAZENDA BOA VISTA (3) FAZENDA GARAFU (3) FAZENDA MUCATU (2) e (3) SÍTIO BURACO (1) RESERVA INDÍGINA DOS POTIGUARES (3) ILHA SANHAUÁ (1)	
	BAÍA DA TRAIÇÃO BAYEUX CAAPORÁ CONDE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO	FAZENDA RETIRADA (3) FAZENDA GURUGI (3) ENGENHO MAÇANGANA (3) FAZENDA ANA CLÁUDIA (1) e (3) SÍTIO SALAMARGO (1) e (3) ENGENHO FAZENDINHA (1) e (3) FAZENDA AURORA (1) FAZENDA CACHORRINHO (1), (2) e (3) FAZENDA COQUEIRINHO (1), (2) e (3) FAZENDA CORVADAS (1) e (3) FAZENDA MARAVILHA (1) e (3) SÍTIO UNA DE SÃO JOSÉ (1) e (3)	
	PEDRAS DE FOGO	FAZENDA CAMOCIM (1), (2) e (3) FAZENDA SEDE VELHA DO ABIAÍ (1), (2) e (3) FAZENDA TAQUARA (2) FAZENDA PACARÉ (1)	
	PITIMBÚ	FAZENDA CRUZ DA ARMAS FAZENDA SERRA DO GADO (1) SÍTIO CACHOEIRA (1) SÍTIO FUNDÃO (1) SÍTIO JUREMA (1) SÍTIO NATUBA (1) SÍTIO OLHO d'ÁGUA (1)	
	RIO TINTO	FAZENDA RAMADA (1), (3) e (4) FAZENDA CAPIVARA (1) FAZENDA CARVALHO (1) FAZENDA PORTEIRA (1) FAZENDA SAPUCAIA (1)	
	OS VELHOS (096)	ENGENHO GERALDO (3) e (4) (AS MESMAS PROPRIEDADES DO MUNICÍPIO DE SOLA)	
	E DA BOBBOREMA (097)	CAMPINA GRANDE SOLÂNEA	SÍTIO LAGOA DE VOLTA (1) FAZENDA ALAGAMAR (1), (2) e (3) FAZENDA SALOMÃO (1) e (2) FAZENDA SANTA TEREZINHA (1) FAZENDA URNAS (1), (2) e (3) SÍTIO CAJAZEIRAS (1) SÍTIO RIACHO DO MOCEIRO (1) FAZENDA AREIAL (1) FAZENDA BOA VISTA (1) FAZENDA MANGUEIRA (1) SÍTIO CAMPO ALEGRE (1) ENGENHO CORREDOR (1) FAZENDA BARRA DE SÃO JOSÉ (1) FAZENDA INDEPENDÊNCIA (1) SÍTIO MARCAÇÃO (1) SÍTIO PARAIBINHA (1) FAZENDA CAIPORÁ (3) FAZENDA CAMPOS (1) FAZENDA MARIA DE MELO (1), (2) e (3) FAZENDA NOVA (2) FAZENDA PIACAS (1), (2) e (3) FAZENDA RIACHO DOS CURRAIS (1), (2) e (3) SÍTIO ARREPIADO (1) SÍTIO CAMPO ALEGRE (1) SÍTIO DOIS RIACHOS (1) (A PRIMEIRA PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE PILAR)
		PARAIBANO (098)	
	ASTORIL DO BAIXO PARAÍBA (099)	ALAGOA NOVA BANANEIRAS	
		CALDAS BRANDÃO ITABAIANA	
MOCEIRO			
PILAR			
	SALGADO DE SÃO FELIX		
	SÃO MIGUEL DE TAIPIÚ		

- (1) RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 1982 DO CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS / JOÃO PESSOA-PB,
- (2) AS LUTAS CAMPONESAS NO BRASIL - 1980 / CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA/RJ,
- (3) LEVANTAMENTO REALIZADO EM JORNAIS DIÁRIOS DA CAPITAL,
- (4) VISITAS DE RECONHECIMENTO.

No jogo de poder decorrente do conflito, o Estado, em quanto entidade "árbitro", de um lado, recebia denúncias de órgãos de classe dos trabalhadores rurais e de congêneres que os apoiavam, e de outro, era também pressionado pelas associações de proprietários, enfim, pelo capital cuja acumulação lhe coube promover.

Daí o envolvimento de instituições governamentais nem sempre ter ocorrido de forma bastante clara, de modo a incluir, mais ou menos veladamente, certas estratégias, como tentativa de acordos em detrimento de pequenos produtores ou, por outro lado, simplesmente ações isoladas e/ou retardadas, que postergavam a "solução" a nível local e contribuía para dificultar, senão impedir, uma medida realmente geral e radical.

Dentro desse quadro de tensão que vem caracterizando o Estado, ressalta-se o caso das "Fazendas Reunidas Alagamar" que inclui a própria Alagamar, Salomão, Urnas, Caiporã, Maria de Melo, Nova, Piacas e Riacho dos Currais, por diversas razões. Primeiramente, devido à grande extensão da terra em questão que atinge cerca de 13.000 hectares, parte dos quais no município de Salgado de São Félix e outra parte no de Itabaiana. Em segundo lugar, porque, na última fase de recrudescimento dos conflitos pela terra na Paraíba esse foi um dos primeiros a eclodir, perdurando de forma acirrada por quase cinco anos. Considere-se também a grande repercussão por ele alcançada, inclusive a nível nacional.

A importância de se tomar como referência o conflito de Alagamar torna-se maior ainda quando se leva em conta ter sido considerado satisfatoriamente resolvido pelo Estado, através de uma desapropriação de cerca de 15,0% da área total, compra de menos de 5,0%, criação de Cooperativa Agropecuária de Agricultores de Alagamar e propostas de intervenções diversas no âmbito de infra-estrutura física e de serviços de apoio: estradas vicinais, recursos hídricos, habitação, saúde, saneamento, nutrição, educação, eletrificação, assistência técnica, crédito, mecanização, abaste-

De um lado o capital e de outro lado os trabalhadores.

cimento de insumos, compra de excedente de produção, psi-
cultura e agroindústria.

A resposta final do Estado propõe, por conseguinte, uma nova forma de utilização do solo, naquele subtotal desapropriado e comprado, como se o uso do solo, feito de modo incompatível, houvesse sido, o móvel e/ou a causa última daquele conflito.

Essas medidas que compuseram a pressuposta resolução do conflito tiveram ampla divulgação em todos os órgãos da imprensa local, bem como em periódicos importantes da região e do país (10), apontadas que foram como: Modelo de Reforma Agrária.

Isto posto, estudar o processo conflituoso e a solução institucional aplicada pelo Estado em Alagamar tem como objetivo básico ultrapassar a simples descrição da expansão do capital no campo, das modificações nas relações de produção e das lutas daí geradas, para se tentar analisar o capital, sendo viabilizado pelo Estado e, num momento seguinte, a atuação deste na busca de solucionar problemas, de forma a permitir a continuidade da acumulação.

Com isso, pretende-se, a partir da aparência - conflito x solução - alcançar o cerne do problema, ou seja, o Estado viabilizando o capital, voltando à realidade aparente para apreendê-la, interpretá-la e defini-la à luz da essência atingida.

Para tanto, procurar-se-á identificar os detonadores do conflito, a participação de categorias e instituições

(10) DIÁRIO DE PERNAMBUCO. (Jornal Diário). "Cooperativa Elimina Tensão Social na Paraíba. p. . "Cooperativismo é Justiça Social". p. . 13/abr/80. "Alagamar Receberá Projeto da SUDENE". p. . 03/mai/80.

O CRUZEIRO. (Revista Quinzenal). "Refazendo Alagamar. Na Paraíba, o que seria o maior foco de agitação rural tornou-se espécie de modelo experimental da reforma agrária no Brasil". p.62-65, 2^a quinz. de maio de 1980.

Objetivos

direta ou indiretamente envolvidas e as diversas formas de intervenção governamental, visando a determinar as inter-relações, entre padrão de acumulação e expansão do capital na produção agrícola, bem como entre mudanças nas relações de produção e conflitos sociais no campo, atingindo fundamentalmente a natureza da ação do Estado: enquanto promove a acumulação - subsidiando o capital - e legitima-se - controlando os pequenos produtores - fortalece um dos pólos do conflito.

Como fio condutor deste estudo, considera-se como hipótese que o Estado, enquanto condiciona a expansão do capital na produção agrícola, contribui para a eclosão do conflito e, enquanto intervém para neutralizá-lo, garante a persistência de sua atuação, possibilitando a valorização do capital.

Atuação do Estado para a luta

Tal assertiva parte do pressuposto de que o Estado, com vistas a promover a expansão capitalista na agricultura, subvenciona a implantação de grandes projetos de pecuária e cana-de-açúcar, propiciando a acumulação, concorrendo dessa forma para a instalação do próprio conflito.

Quando, ao se expandir na agricultura, o capital invade a esfera produtiva, sobrepõe-se a quaisquer formas de organização da produção, mesmo que estas não constituam obstáculos à sua expansão. Isto é, ele as mantém, subverte ou mesmo as elimina, expropriando neste caso total ou parcialmente pequenos produtores - considerando-se esse processo, na sua conceituação mais ampla, como empobrecimento, perda de meios e condições de produção e, não necessariamente, proletarização. A resistência dos agricultores - manifesta e/ou condicionada sob estímulo institucional exógeno - dificulta e, pode-se até mesmo dizer, impede a efetivação imediata da proletarização.

Pressupõe-se ainda que, quando convocado a intervir como "árbitro", o Estado assume posições contraditórias quase sempre em prejuízo do lado mais fraco da contenda.

Finalmente, deflagrando a ação possível segundo o jogo de forças, ele aciona diferentes mecanismos de integração dos pequenos produtores às estruturas institucionais, como forma de controle e dominação, garantindo por esse meio a continuidade do processo de acumulação.

o Estado
se utiliza
de instrumentos
de apoio
a produção
para
a luta
pela
terra.

2. DIFERENTES ABORDAGENS SOBRE A QUESTÃO:

Supondo-se, segundo as hipóteses de trabalho, que os conflitos no meio rural surgem em decorrência das formas de acumulação na agricultura, com a ingerência do Estado, definir o sentido econômico da ação governamental na deflagração, no decorrer e no amortecimento de um conflito pela terra exige necessariamente que se vá além de uma interpretação meramente de caráter local e imediato.

Por outro lado, o desconhecimento e/ou a inexistência de um número considerável de contribuições teóricas especificamente voltadas para o Estado, viabilizando o capital que busca a esfera produtiva do setor agrícola; e/ou, funcionando como "árbitro" em questões pela terra, daí resultantes, também condiciona um levantamento da literatura sobre questões mais gerais que, por sua vez, possam oferecer subsídios para compreensão da questão específica.

Assim sendo, enfoca-se nessa revisão, o processo de avanço do capitalismo na agricultura e/ou o papel do Estado, tomados ambos em sentido bastante amplo, embora tentando sempre fazer a passagem desse nível para o esclarecimento da existência, natureza e posição dos pequenos produtores rurais, não totalmente proletarizados, na reprodução capitalista promovida pelo Estado.

Nas discussões sobre esses pontos, a teoria marxista toma parte significativa, tanto contrapondo-se a outras teorias (11), o que não será objeto desse estudo, como ge-

(11) Teoria Neoneoclássica:

SCHULTZ, Theodore W. A Transformação da Agricultura Tradicional. Rio de Janeiro, Zahar, 1965. p. 207.

JOHNSTON Bruce F. e MELLOR John W. El Papel de la Agricultura en el Desarrollo Economico ... p.

Teoria Estruturalista:

CASTRO, Antônio Barros e LESSA, Carlos Francisco. Introdução à Economia - Uma Abordagem Estruturalista, Forense-Rio-1964 p.160.
KEY, Geoffrey. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento: Uma Análise Marxista. Civilização Brasileira ...

rando polêmicas internas a partir da diversidade de conclusões a que chegaram diferentes autores que empregaram o método sistematizado por Marx.

Inserindo-se no debate endógeno, o presente trabalho propõe um retorno à própria fonte, recuperando os respectivos pontos de partida de duas tendências principais observadas. Isso deverá ser feito, recorrendo-se a diversas obras de Marx, Kautsky e Lênin, situando-as no seu marco temporal, de modo a permitir as respectivas contextualizações históricas, evitando interpretações simplificadas.

2.1 - DUAS VISÕES DE MARX SOBRE O DESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES

Inicialmente considerar-se-á, grosso modo, duas diferentes visões de Marx sobre o desenvolvimento das sociedades e, por via de consequência, da expansão do capitalismo no campo. Em primeiro lugar, sua concepção unilinear, sob o esquema evolutivo cronológico das estruturas de propriedade da Europa Ocidental. Em segundo lugar, serão estudadas idéias de Marx depois que passa a admitir a exis-

(Concepções Dualistas):

LEWIS, W. Artur. O Desenvolvimento Econômico com Oferta Ilimitada de Mão-de-obra. In: A GARWALA, A. N. E SNIGH, S.P. ed. A Economia do Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Forense, 1970. p. 406 - 456.

SINGER, Paul. Desenvolvimento e Crise. Difusão Européia do Livro. São Paulo. p. ...

(Concepção Cepalina):

FURTADO, Celso. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. 6^a ed. São Paulo. Editora Nacional. 1970. p. 344.

tência do modo de produção asiático, a restrição da abrangência do modo de produção antigo e a expansão da abrangência do modo de produção feudal, de modo a possibilitar a extrapolação ao reconhecimento de diferentes vias de desenvolvimento do capitalismo.

A primeira abordagem indicaria que o capital ao "penetrar" no campo, através da concentração fundiária e da capitalização da grande produção, transformando a propriedade feudal em propriedade capitalista, promoveria, de forma inexorável, o divórcio entre o produtor direto e a terra, proletarizando-o, resultando, por conseguinte, na dissolução generalizada do campesinato.

Dessa primeira abordagem, originam-se duas diferentes aplicações ao caso dos países subdesenvolvidos, ou seja, uma delas explica que essa dissolução já é um fato consumado e a segunda, que essa tendência está por se realizar.

Enquanto isso, a concepção multilinear pode ser interpretada como a transformação da agricultura pelo capitalismo, conservando a coexistência de um setor de pequenos produtores (compreendido e denominado das mais diferentes formas) significativo e comprometido com grande parte da produção agrícola.

Além disto, esta segunda visão de Marx pode ser concebida ainda como a admissão do caráter diferenciado, só que correlacionado, do avanço do capitalismo na agricultura, nos níveis de estrutura fundiária, produtividade do trabalho, relações de produção e de intercâmbio, sem implicar numa expropriação total e numa proletarização generalizada.

2.1.1 - CONCEPÇÃO MARXISTA SOB O ESQUEMA EVOLUTIVO CRONOLÓGICO

Com referência à origem dessa forma de percepção linear do desenvolvimento por etapas, podemos situá-la em

duas das primeiras obras de Marx e Engels.

Na Ideologia Alemã (12), escrita de 1845 a 1846, os autores definiram as fases cronológicas: tribal, comunal, feudal e burguesa da divisão do trabalho como determinantes de formas correspondentes de relações sociais e de propriedade (13).

Na passagem do feudalismo para o capitalismo, os autores, após mencionarem a transformação dos pequenos camponeses em proletários, a necessidade de uma adiantada concentração da população - sobretudo no campo - e do capital (14), o surgimento de relações monetárias, ressaltando os resquícios de patriarcalismo no meio rural (15), garantiram que, com o desenvolvimento das forças produtivas, ocorreria o fenômeno da massa destituída de propriedade (16).

Narrando esse processo, os autores aludiram à ocorrência de significativas rebeliões camponesas, cujos fracassos atribuíram à atomização do campesinato (17).

Embora prevaleça, nessa obra, essencialmente, a tese evolucionista, encontra-se menção à persistência de camponeses (18).

Ainda com Engels, Marx escreveu, em 1847, no Manifesto do Partido Comunista (19), que as diferentes relações

(12) MARX, Karl e WERKE, Friedrich Engels. A Ideologia Alemã (Feuerbach). 3^a ed, Livraria Ciências Humanas, São Paulo, 1982.

(13) Id., ibid., p. 29.

(14) Id., ibid., p. 85.

(15) Id., ibid., p. 88.

(16) Id., ibid., p. 50.

(17) Id., ibid., p. 81.

(18) Id., ibid., p. 81.

(19) MARX, Karl e WERKE, Friedrich Engels. Manifesto do Partido Comunista. IN Textos, V. 03, ed. Sociais, São Paulo, 1977.

de propriedade sofreram, ao longo do tempo, contínuas alterações, condicionadas pelas respectivas estruturas e contextos sociais, nos quais historicamente se achavam inseridas (20).

Concentrando os meios de produção, a propriedade e a população (21) e proletarizando camadas mais baixas da antiga classe média, inclusive camponeses (22), a revolução burguesa subordinou a agricultura à indústria, dando margem ao surgimento de grandes e populosas cidades e ao esvaziamento do meio rural (23).

Nessa obra, os autores diferenciaram a fase burguesa das anteriores pela dissolução generalizada de todas as relações sociais até então existentes (24).

Para compreender essa posição de Marx e Engels, deve-se considerar que essa abordagem (marxista "clássica") é encontrada em obras especialmente escritas para propaganda política que, sem dúvida, tiveram, por essa razão, que ser elaboradas da maneira mais simples, clara e direta possível. Convém levar em conta também que, até aquela época, não eram conhecidos elementos históricos suficientes que permitissem uma concepção diferente. Tem-se que tomar em consideração ainda que os conhecimentos historiográficos e científicos em geral, de então, não possibilitavam percepção e explicação dos fenômenos passados senão de forma unilinear (25).

(20) Id., ibid., p. 32.

(21) Id., ibid., p. 25.

(22) Id., ibid., p. 27.

(23) Id., ibid., p. 25.

(24) Id., ibid., p. 24.

(25) GOMEZJARA, Francisco A. "La Lucha Por La Tierra Debe Convertirse em Lucha contra el Capital". Separata, Mexico, p. 112. IN Críticas de La Economía Política (Revista) La Question Agrária. México DF, oct. 1977, p. 110 - 117.

Adotar dogmaticamente essa concepção implicaria numa redução do próprio método usado por Marx, cuja característica é não afirmar a existência de verdades irrefutáveis, mas, ao contrário, admitir que, só negando a asseveração, pode-se avançar no processo de conhecimento (26).

Deve-se atentar ainda para o fato de que, os próprios autores, em suas obras até aqui analisadas, reconheceram, no processo histórico irrevogável de generalização do modo de produção capitalista, a necessidade de ressalva, como já foi visto, à coexistência de camponeses a qual deve constituir um alerta a quaisquer compreensões simplistas desse pensamento de Marx e Engels.

Segundo Hobsbawm, a interpretação unilateral da concepção desses autores, ainda na fase eurocentrista,

"(...) reduz as principais formações econômico-sociais a uma simples escada que todas as sociedades humanas sobem, degrau por degrau, mas a diferentes velocidades, de modo que todas, eventualmente, chegam ao cimo. Isto (...) não tem vantagens científicas óbvias, também diferindo dos pontos de vista de Marx, (...) conduz à busca de "leis fundamentais" , correspondentes a cada formação, que expliquem sua transição para a próxima forma mais elevada (...) Elas (as buscas) não foram bem sucedidas, segundo o entendimento geral, e mesmo as fórmulas finalmente sugeridas para compromisso parecem ser pouco mais do que definições.

Este fracasso quanto à descoberta de "leis fundamentais" geralmente aceitáveis e aplicáveis ao feudalismo e à sociedade escravista

(26) KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. Clássicos do Socialismo, (V.III), Rio de Janeiro, Gráfica Editora Laemmert S/A, 1968, p. 17.

não é, em si, sem significado" (27).

A transição de um estágio a outro nem sempre tem se realizado de modo linear e sob as mesmas formas, subordinadas a determinações gerais.

2.1.2 - CONCEPÇÃO MARXISTA MULTILINEAR DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO

No tocante a uma percepção multilinear do desenvolvimento ou da evolução das sociedades, Marx superou a si mesmo, quando se desligou de esquemas pré-fixados e avançou numa análise efetiva da história, ampliando-a e atualizando-a.

Parece que, implicitamente, através das novas questões colocadas, ele não chegou a uma prova ou a uma resposta teórica única para elas na sua diversidade contínua. Mas na perseguição dos vários caminhos trilhados pelo desenvolvimento do capitalismo é como se o autor estivesse admitindo a possibilidade de diferentes histórias.

Nesse sentido, enquanto esboçava a Contribuição à Crítica da Economia Política e O Capital, Marx produziu, entre 1857 e 1858, a obra Formações Econômicas Pré-Capitalistas (28), onde apresentou estudos clarificadores acerca de periodização e formas de evolução histórica.

Inicialmente, ele permaneceu presumindo, como elemento histórico indispensável à existência do capital, a separação entre o trabalhador e a propriedade da terra, uma das condições objetivas de trabalho (29).

(27) HOBBSAWM, Eric. Introdução a MARX, Karl. Formações Econômicas Pré-Capitalistas. ed. Paz e Terra S/A, Rio de Janeiro, 1977, p. 59 - 60.

(28) MARX, Op. cit.:

(29) Id., ibid., p. 65.

Continuando, considerou ainda que a possibilidade de transformação da riqueza monetária em capital resultou de um processo histórico por meio do qual o capitalista introduzia-se entre a propriedade da terra e o trabalho (30). Isto, por sua vez, implicou numa "grande massa de força de trabalho" livre de toda propriedade (31).

Contudo, admitiu que a terra, enquanto condição objetiva de trabalho, poderia ter sido anteriormente apropriada de alguma maneira diversa da tradicionalmente encontrada, sendo mencionado o possuidor, ou "possessor" (32).

Ainda mostrando uma não linearidade, Marx abordou o fenômeno da manutenção da "ilusão da propriedade" como mecanismo de redução dos custos de produção (33), bem como a existência de tipos "híbridos" entre modos de produção anteriores e o capitalismo (34).

O autor constata ainda a ocorrência de preservação, de redução a estágios antigos (35) e de ressurgimento posterior à dissolução, de formas de propriedade e/ou de produção correspondentes a fases antecedentes aos momentos históricos estudados (36). Isto pode ser visto claramente na passagem seguinte:

"A forma asiática necessariamente sobrevive por mais tempo e com mais tenacidade (...)" (desde que) "(...) o círculo de produção seja auto-sustentado e haja unidade da agricultura com a manufatura artesanal" (37).

(30) Id., *ibid.*, p. 102

(31) Id., *ibid.*, p. 103- 104.

(32) Id., *ibid.*, p. 67.

(33) Id., *ibid.*, p. 107.

(34) Id., *ibid.*, p. 109.

(35) Id., *ibid.*, p. 89.

(36) Id., *ibid.*, p. 91.

(37) Id., *ibid.*, p. 79.

Embora esperando que ocorresse, em fase posterior, a dissolução dessas diferentes "formas" *, Marx, implicitamente, reconheceu a pouca disponibilidade de elementos históricos para asseverar que o capital dissolveria tipos intermediários, quando afirmou que isso se veria com o decorrer da história (38).

Em relação a modos de produção, ele discute o escravismo, demonstrando a diferença de seu caráter na Europa e no Oriente (39).

Isto pode ser passível de extrapolação a outros modos de produção; bem como ser indício de dificuldade de definição de determinações fundamentais, como refere Hobsbawm.

Na sua obra mais importante, cujo livro 1 foi escrito em 1867 (40), ele formulou uma análise bastante abrangente da transição histórica do feudalismo para o capitalismo, demonstrando a transformação da agricultura pela indústria em três estágios: os campos se despovoaram através da expropriação do produtor direto, aumentando a concentração dos meios de produção; ocorreu o avanço da revolução industrial e o crescimento da população urbana, exigindo uma maior produção agrícola; e, finalmente, a industrialização da agricultura.

"O modo de produção capitalista completa a ruptura dos laços primitivos que, no começo, uniam a agricultura e a manufatura. Mas, ao

(*) Este conceito é aqui empregado tal como Marx utilizou em Formações Econômicas Pré-capitalistas.

(38) Id., *ibid.*, p. 109.

(39) Id., *ibid.*, p. 90.

(40) MARX, Karl. O Capital - Crítica da Economia Política. Livro 1, O Processo de Produção do Capital, Volume 1, Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.

mesmo tempo, cria as condições materiais para uma síntese nova superior, para a união da agricultura e da indústria, na base das estruturas que desenvolveram em mútua oposição. Com a preponderância cada vez maior da população urbana, que se amontoa nos grandes centros, a produção capitalista, de um lado, concentra a força motriz histórica da sociedade, e, do outro, perturba o intercâmbio material entre o homem e a terra, isto é, a volta à terra dos elementos do solo consumidos pelo ser humano sob a forma de alimentos e de vestuário, violando assim a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo. Com isso, destrói a saúde física do trabalhador urbano e a vida mental do trabalhador do campo. Mas, ao destruir as condições naturais que mantêm aquele intercâmbio, cria a necessidade de restaurá-lo sistematicamente, como lei reguladora da produção e em forma adequada ao desenvolvimento integral do homem. Na agricultura como na manufatura, a transformação capitalista do processo de produção significa ao mesmo tempo, o martirólogo dos produtores: o instrumental de trabalho converte-se em meio de subjugar, explorar e lançar à miséria o trabalhador e a combinação social dos processos de trabalho, torna-se a opressão organizada contra a vitalidade, a liberdade e a independência do trabalhador individual. A dispersão dos trabalhadores rurais em áreas extensas quebra sua força de resistência, enquanto a concentração aumenta a dos trabalhadores urbanos. Na agricultura moderna, como na indústria urbana, o aumento da força produtiva e a

maior mobilização de trabalho obtêm-se com a devastação e a ruína física da força de trabalho. E todo progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador mas também o solo; e todo aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento mais rápido das fontes duradouras dessa fertilidade" (41).

Acentuou o autor o quanto esse processo foi violento:

"...essa luta, originalmente, se trava mais entre grandes e pequenos proprietários de terras do que entre capital e trabalho assalariado; por outro lado, quando trabalhadores são suprimidos por instrumentos de trabalho, ovelhas, cavalos, etc., os atos de violência diretamente aplicados constituem prelúdio da revolução industrial. Primeiro, os trabalhadores são expulsos da terra; depois, vêm as ovelhas. O roubo das terras em grande escala, praticado na Inglaterra, cria as condições para a agricultura em grande escala" (42).

Apesar dessa descrição, onde apresenta a força da transformação capitalista, Marx deixa transparecer um caráter mais de dominação do que de generalização no capitalismo, chegando a fazer uma ressalva contundente.

"A propriedade parcelária livre do próprio cultivador da terra era nos melhores tempos da antiguidade clássica, a forma dominante, normal, e constituía a base econômica da sociedade; entre os povos modernos, é uma das formas que surgiu da decomposição da proprie-

(41) Id., *ibid.*, p. 578.

(42) Id., *ibid.*, p. 578.

dade fundiária feudal. Encontramo-la na yeomanry da Inglaterra na classe rural da Suécia, e entre camponeses da França e da Alemanha Ocidental. Deixamos de lado as colônias, pois, o camponês independente aí se desenvolve noutras condições. (Grifo de Cantalice).

A propriedade livre do próprio cultivador da terra é sem dúvida a forma mais normal da propriedade fundiária para a pequena exploração agrícola: isto é, para um modo de produção em que a posse da terra é condição para o trabalhador apropriar-se do produto do trabalho próprio e em que o agricultor, seja livre ou subordinado, tem de produzir com sua família, como trabalhador isolado e independente, os meios de subsistência próprios. A propriedade da terra é tão necessária para o pleno desenvolvimento desse modo de exploração quanto a propriedade do instrumental, para o livre desenvolvimento do artesanato. Serve aí de base para o desenvolvimento da independência pessoal. Constitui estágio necessário do desenvolvimento da agricultura" (43).

O fato de não considerar as colônias pode decorrer tanto de uma inexistência de dados sobre a penetração do capital nessas regiões, como pode significar que Marx aceitava que, ali (nas colônias), o fenômeno ocorresse diferentemente.

Nesse sentido, encontra-se, no segundo esboço da carta de Marx a Vera Zasulich, em 1881, um comentário sobre a capacidade Rússia, a partir dos efeitos do modo de produ-

(43)Id., *ibid.*, Livro 3, v. 06, p. 924. (Publicado pela 1ª vez em 1894).

ção capitalista, modificar e fazer evoluir a antiga forma camponesa, ao invés de eliminá-la, ou dissolvê-la(44).

E, finalmente, no terceiro esboço daquela correspondência, Marx questionou a forma de evolução histórica da comunidade camponesa para a propriedade privada, afirmando que esse caminho não era inexorável. Reconheceu ele, nesse estudo, que o resultado dessa transição iria depender das condições históricas em que ela viesse a ocorrer (45).

Marx considerou, como fator fundamental na conformação da questão camponesa, o fato do modo de produção capitalista não estar sendo erigido a partir de condições intrínsecas da formação econômica, como ocorreu nos moldes europeus. Nesse caso, a indústria não tinha como precedente o processo de revolução agrícola e, em consequência, não sobreviria a síntese - a agricultura dissolvendo-se na indústria e o campo, transformando-se numa grande fábrica - mas, a agricultura poderia ser mantida ao lado da indústria, sobretudo no caso específico da penetração do capital internacional (46).

E, não obstante a análise de Marx sobre a evolução típica do capitalismo na Europa, tem-se a descrição histórica de Hobsbawm, evidenciando, no próprio continente europeu, apesar da formação endógena do capitalismo comum a todos os países, diferentes caminhos de desenvolvimento nas diversas formações econômicas (47).

Mas, considerando o critério utilizado por Marx na sua comparação, vemos o autor, citando o exemplo russo, a-

(44) GOMEZJARA. Op. Cit.: p. 114.

(45) Id., ibid., p. 133.

(46) MARX, Karl. Apud GOMEZJARA, Op. Cit.: p. 112 - 115.

(47) HOBBSAWM, Eric J. - A Era das Revoluções: Europa 1789 - 1848. ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977, p. 167 - 186.

- A Era do Capital: 1848 - 1875, ed. Paz e Terra
Rio de Janeiro, 1977, p. 189 - 206.

firmar que: a ameaça àquela comunidade não é um determinismo.

"es la opresión por parte del Estado y la explotación por parte de los capitalistas intrusos, fortalecidos por el mismo Estado a expensas y a costa de los campesinos..."(48).

Por conseguinte, em decorrência do caráter universal - onde se combinam as constantes transformações - do desenvolvimento do capitalismo no mundo, os países periféricos, nos quais se destaca a natureza internacional do capital não teriam necessariamente que seguir a mesma trajetória clássica para o capitalismo (49).

Tal assertiva leva a que se considerem os camponeses não como uma camada em processo de inevitável extinção, mas, podendo coexistir com o capitalismo e, participar do combate ao capital (50).

Esta interpretação marxista, privilegiando por excelência o método histórico - dialético, explicita diferentes processos de desenvolvimento das sociedades. Essa concepção expressa um reconhecimento de que a evolução histórica, como resultante de relações contraditórias e mutáveis entre forças sociais concretas, oferece mais oportunidade de questionamento do que comprovações.

Tal opção metodológica implica na execução sumária de esquemas formais que pretendam explicar uma totalidade irregular e complexa, desprezando as desigualdades e a correlação entre elas, caindo, portanto, numa simplificação

(48) GOMEZJARA. Op. Cit.: p. 114.

(49) Id., *ibid.*, p. 114.

(50) Id., *ibid.*, p. 115.

forçada (51).

Sob essa ótica, pode-se interpretar a situação dos países periféricos inseridos na economia mundial como decorrência das novas condições históricas, a partir da internacionalização do capital. Esses países não se industrializam num processo endógeno, prescindindo, por isto, de uma revolução agrícola anterior. Como resultado das contradições geradas pelo capitalismo a nível da economia mundial como um todo, a industrialização e o avanço tecnológico se mundializam, sendo transportados, de fora para dentro e de cima para baixo, dos países centrais para os países periféricos.

(51) JOLLIVET, Marcel. O Lugar dos Camponeses na Estrutura de Classe: Algumas Reflexões Gerais a Partir de um Caso Particular. IN. Rev. Raízes Ano I Jul-Dez/1982. nº 1, Campina Grande, p. 5-24.

"... - a história não faz outra coisa, a não ser ensejar-nos a novas perguntas, ela nunca chegou a fornecer a "prova", como pretendem alguns, do que são os camponeses como classe ou conjunto de camadas sociais. A história não terminou e não tem o que fazer com as essências; ela é o resultado de forças sociais concretas, contraditórias, sempre em transformação e os camponeses são parte dessas forças. O sentido do trabalho é precisamente de conhecê-las e torná-las conhecidas. É necessário, porém, evitar que esquemas preconcebidos venham substituir a análise histórica real. (...) nesta perspectiva simplificam-se muitas vezes de maneira extrema as análises que, em última instância, são mais sofisticadas e contraditórias do que em geral se comenta, particularmente no caso de Marx.(...) Parece (...) que se pode afirmar que estamos aqui frente a um processo típico de produção ideológica interna ao capitalismo e o que pode aparecer com razão como perversão da análise marxista (...) parece, pura e simplesmente, decorrer do desleixo de uma das regras de ouro do método marxista que é o método histórico (...) (...) não existe solução teórica, solução em si. Pelo contrário, aqui como alhures é a ação das forças sociais que traz a única resposta possível, aquela dada pela história. (...) a história é mais aberta do que se diz geralmente: (...) existem várias histórias possíveis e não uma só".

A modernização no setor agrícola, ao invés de implicar em proletarização generalizada, provoca mudança e adequação das relações de produção e um assalariamento incerto e temporário. Assim, os camponeses, que poderiam caminhar para a extinção em circunstâncias "clássicas", tendem a se reproduzir, embora não de forma idêntica.

Essa reprodução, no entanto, não se dá em toda parte com a mesma facilidade. A modernização, de acordo com os objetivos do capital, quase sempre põe em cheque a posse e o uso das terras cedidas aos pequenos produtores, bem como o produto cultivado nessas parcelas, quase sempre necessário ao consumo direto, ou à venda - para garantir a subsistência do agricultor.

Nesses casos, as condições de permanência na terra são o móvel imediato de conflitos.

Nessa perspectiva, a luta pela terra pode ser situada dentro das próprias contradições engendradas pelo capitalismo. E, em assim sendo, considerando-se a polarização capital versus trabalho, compreendem-se os camponeses neste pólo. Isto porque, enquanto, por meio da intensificação do trabalho ou da diminuição do consumo, mantêm-se como pequenos produtores familiares, são explorados indiretamente pelo capitalismo e, quando se semi-proletarizam e assalariam-se precariamente, tornam-se também diretamente objeto dessa exploração. E, quando são ameaçados de expulsão, são ameaçados direta ou indiretamente pelo capital.

Entende-se, portanto, que, em razão disto, a luta pela terra assume um caráter de avanço nos países periféricos.

2.2 - A TRANSFORMAÇÃO DA AGRICULTURA PELO CAPITALISMO SE- GUNDO KAUTSKY

Alguns estudiosos, que empregam o marco teórico - me-

todológico proposto por Marx, utilizam a análise efetuada por Kautsky sobre a evolução histórica da Europa e, particularmente a expansão do capitalismo na Alemanha, mais como esquema formal do que na sua exata dimensão de referencial histórico. Daí a importância de conhecer essa abordagem, tentando compreendê-la em toda a sua dinâmica ao invés de reduzi-la a um simples modelo a ser adotado mecanicamente, ou, ao contrário, a ser refutado precipitadamente, numa predisposição contra divergências teóricas.

Karl Kautsky, em seu livro *A Questão Agrária*, escrito em 1898, com base na teoria legada por Marx, analisou as leis da evolução do setor agrícola. A subordinação da agricultura à indústria, cujo desenvolvimento passou a ser o impulsor e a diretriz da transformação da primeira, constitui a idéia central de sua obra (52). Nela, procurou demonstrar que o capitalismo, ao penetrar no campo, revelou, de um lado, a tendência geral para a concentração de riqueza e, de outro, para a proletarização, apesar desse processo não ter decorrido rapidamente, apresentando flutuações entre os avanços da grande e da pequena exploração (53).

Enquanto defendeu a tendência universal para a proletarização, o autor identificou-se com a primeira posição de Marx, adotando uma concepção bastante determinista.

Isto pode ser observado quando estudou a industrialização da agricultura. Ele afirmou que a indústria capitalista, pela sua superioridade, extinguiu depressa a forma doméstica de fabricação camponesa para autoconsumo, criando necessidade de moeda para aquisição do indispensável à reprodução da força de trabalho, necessidade essa, por sua vez, ampliada pelo próprio capitalismo, estendendo suas idéias, como os seus produtos, aos mais distantes rincões (54).

(52) KAUTSKY, Op. cit.: *A Questão...* Passim

(53) Id., *ibid.*, p. 9, 12 e 22.

(54) Id., *ibid.*, p. 27.

Assim, Kautsky viu a eliminação da "indústria" camponesa pela industrialização como sendo o primeiro passo para a proletarização, materializado na redução do camponês a um simples agricultor. Isto se deu porque ele começou a cultivar a terra com o objetivo precípua de vender o que colhia, passando a depender cada vez mais do mercado, no sentido de obter o dinheiro, que lhe ficou sendo imprescindível para adquirir aqueles produtos que não mais fabricava (55).

Para Kautsky, três fatores condicionaram a perda da propriedade, a desagregação da família e a proletarização do campesinato: a) a extinção da indústria camponesa, associada à temporariedade dos trabalhos agrícolas; b) o aparecimento da intermediação comercial, vinculado ao surgimento da usura; c) a insuficiência gradativa da área cultivável, face o aumento vegetativo da família (56).

Acrescentou ainda que os que permaneciam no núcleo familiar, embora intensificando o trabalho, não conseguiam dar conta das tarefas agrícolas; assim, algumas explorações admitiam temporariamente, para o preparo da terra e para a colheita, membros sobrantes de outras famílias camponesas, como assalariados (57).

Surgiu a diferenciação das explorações maiores - que podiam contratar número crescente de trabalhadores - onde ficava evidente a relação entre explorador e explorado. O capitalismo apressou e generalizou esse processo, mesmo sem penetrar ainda na esfera produtiva da agricultura (58).

Convém destacar que a proletarização do campesinato realmente caracterizou a passagem da agricultura feudal para a agricultura capitalista na Alemanha, analisada por

(55) Id., *ibid.*, p. 28.

(56) Id., *ibid.*, p. 29 - 30.

(57) Id., *ibid.*, p. 30.

(58) Id., *ibid.*, p. 31.

Kautsky. Lá, essa transição resultou da interação dialética entre os setores: indústria e agricultura, nos primórdios do capitalismo, em condições históricas específicas (59). Entretanto, em países de industrialização tardia, ou seja, em período posterior do capitalismo, essa interação dialética ocorre entre o centro e a periferia, daí resultando a conformação da agricultura e da própria sociedade já voltadas para o capitalismo. Aí, são criadas, posteriormente adaptadas e, ainda, em outros momentos, dissolvidas e recriadas, diferentes formas de relação de trabalho e de organização da produção, sempre subordinadas à expansão do capital e ao ritmo de acumulação capitalista.

No entanto, retomando o autor estudado, vê-se que o mesmo sintetizou a transformação, de caráter endógeno, da agricultura pela indústria, considerando que, à medida que essa transição se desenvolvia, os produtos agrícolas iam se constituindo em mercadorias, resultando disto, de um lado, a necessidade de assalariamento e, de outro, a existência de camponeses proletarizados, originando-se, finalmente, a mercantilização da terra, que deixou de ser superabundante para tornar-se objeto de monopolização (60).

Passível de ser apropriada pelos detentores do capital, por ter se tornado mercadoria, a terra foi sendo alcançada pelo avanço tecnológico. No bojo dessa evolução, foi muito significativa a introdução da máquina, pelo trabalho e pelo tempo que poupa, facilitando a produção em série e o retorno do capital investido (61).

Esse sistema imperioso de produção para mercado, acelerado pelo desenvolvimento tecnológico que atingia as explorações maiores, capitalizadas, ocasionava efeito con-

(59) HOBBSAWM. Op. cit.: A Era do. p. 189 - 206.

(60) KAUTSKY. Op. cit.: A Questão. p. 35 - 36.

(61) Id., ibid., p. 55 - 59.

trário sobre a produção camponesa, conduzindo-a ao esgotamento e à regressão, ao mesmo tempo em que transformava a população a ela ligada numa gente faminta e sem a necessária força para subverter a situação (62).

O Estado de esgotamento, conduzindo a pequena produção à extinção, representava uma possibilidade de surgimento de uma exploração em larga escala sem, no entanto, se constituir numa condição suficiente. Na agricultura, segundo Kautsky, a centralização da propriedade antecedia a centralização da administração. Era preciso, portanto, que as várias pequenas produções expropriadas apresentassem uma área contígua. Daí porque, quando existia a continuidade de várias pequenas explorações, uma grande empresa lutava contra todos os obstáculos impostos pelas menores para extingui-las e aí instalar-se (63).

Pode-se relacionar a essa concepção de Kautsky, sua forma de ver a questão camponesa. Para ele, apesar da insatisfação demonstrada pelo campesinato, não se podia esperar que ele se opusesse a essas ou quaisquer outras transformações sócio-econômicas (64). Conforme o autor, no campo como na cidade, a questão operária estava em primeiro plano (65), sendo, os proletarizados do meio rural, menos exigentes, mais submissos e menos resistentes ao capital (66). Por conseguinte, segundo a ótica de Kautsky, a questão camponesa era secundária, por ser a proletarização inevitável.

Apesar dessa e de outras afirmações conclusivas de Kautsky no tocante a uma forma unilinear de penetração do capitalismo, implicando na proletarização do campesinato, es-

(62) Id., *ibid.*, p. 42 - 45.

(63) Id., *ibid.*, p. 161 - 162.

(64) Id., *ibid.*, p. 240.

(65) Id., *ibid.*, p. 249.

(66) Id., *ibid.*, p. 202.

se autor, ao desenvolver a sua análise, em nenhum momento, afirmou, de forma explícita ou implícita, que esse processo de proletarização do campesinato fosse linear. Muito pelo contrário, ele evidenciou a convivência conflitante da grande com a pequena produção. Isto decorria, sobretudo, da dificuldade da exploração agrícola de caráter amplo imobilizar os agricultores proletarizados, já que, provinham das menores, os braços disponíveis a serem utilizados por ela. Essa interação, embora significasse um estímulo ao surgimento e/ou ao desenvolvimento, onde predominava a produção camponesa, de uma exploração em larga escala, representava um contraste e uma restrição à sua excludência e expansão (67).

Considerando a expropriação camponesa, resultando num processo migratório, o autor definiu os seus limites como a conformação de uma reserva de proletários rurais. Do mesmo modo que, no campo, de um lado, a proletarização gradativa ampliava a oferta de trabalho, de outro, a migração para centros industrializados contribuía para aumentar a dificuldade de satisfação da demanda. Em razão disto, a grande propriedade territorial procurou, num segundo momento, reter os trabalhadores, cedendo-lhes, sob condições, glebas de terra. Entretanto, esse ressurgimento da pequena exploração não foi definitivo, nem impediu o escoamento dos trabalhadores rurais (68). O autor salientou ainda que a procura de um trabalho complementar podia chegar a afastar o camponês, apenas temporariamente, do seu local de origem, para exercer funções de proletário, e, posteriormente, retornar com o produto do seu trabalho, fortalecendo a pequena exploração (69).

(67) Id., *ibid.*, p. 171- 178 - 180.

(68) Id., *ibid.*, p. 231.

(69) Id., *ibid.*, p. 207 - 210.

Continuando a destacar esse movimento dialético, o autor ressaltou que não se verificou o desaparecimento rápido da pequena exploração, inclusive tendo ocorrido em determinadas regiões um aumento do seu número (70). Ele complementou afirmando que, onde se desenvolvia a agricultura capitalizada, prevaleceu a grande exploração que, não sendo lucrativa em outro lugares, ou épocas, deu vez à pequena (71). O autor ressaltou que esse processo tornou-se mais complexo no campo, não estando, então, totalmente desvendado, exigindo novos questionamentos (72).

No tocante a este aspecto, Kautsky observou ainda que a pequena exploração nem estava em vias de desaparecimento, nem podia ser completamente substituída pela grande. No entanto, o subsistir daquela produção camponesa não se devia ao fato dela ter provado uma maior produtividade, mas à sua não concorrência com a empresa capitalista, quando era o caso, o que lhe permitia sobreviver ao seu lado, propiciando-lhe a mercadoria força de trabalho que possuía em excesso. Eram os dois pólos que se relacionavam de forma contrastante, mas não excludente, daí poderem se alternar (73).

Tendo demonstrado que, em alguns lugares e em determinados momentos, ocorria uma alternância entre a expansão da grande e da pequena exploração mostrou também que a tendência à concentração e a tendência ao fracionamento podiam ocorrer simultaneamente. Não conseguindo mais sobreviver do produto de sua exploração, o camponês era forçado a um trabalho complementar, vendendo no mercado seu tempo excedente, exercendo já função semelhante à do operário assalariado, enquanto as mulheres e as crianças, à custa de seu quase

(70) Id., *ibid.*, p. 148.

(71) Id., *ibid.*, p. 154.

(72) Id., *ibid.*, p. 166.

(73) Id., *ibid.*, p. 182.

esgotamento eram incluídas nos serviços agrícolas. Essa condição híbrida da família camponesa - aumento do assalariamento ao lado das explorações minúsculas - permitia o fracionamento, paralelo ao desenvolvimento, da grande exploração (74).

Embora anteriormente, ao estudar as razões determinantes da sobrevivência da pequena exploração, Kautsky tenha utilizado o critério da funcionalidade, destacando-lhe o papel de fornecedora de mão-de-obra, depois, numa concepção estritamente econômica, ele analisou comparativamente os níveis de eficiência dos dois tipos de produção. Referindo-se ao regime de exploração, o autor apontou significativas vantagens que apresentava a grande produção, por ser mais racional do ponto de vista técnico do que a pequena (75), assegurando ser, este fato, o que garantia a expansão capitalista no campo. E foi justamente com base neste argumento que o autor em questão concluiu, como foi visto até agora, que o termo da marcha da penetração do capitalismo no campo era a supressão do divórcio entre a indústria e a agricultura sob o domínio da primeira (76).

Concretamente, Kautsky verificou que o processo crescente e expedito de acumulação capitalista fazia surgir empresários que sabiam tirar vantagens da conjugação da exploração agrícola e industrial (77). Desse modo, ele pareceu referir-se ao aparecimento de agro-indústrias, como exemplos da síntese final. Tal fenômeno realmente tem ocorrido historicamente, mas não de maneira generalizada, em todas as formações econômico-sociais e em todas as fases do capitalismo. Esse modo de produção não se desenvolveu sempre de uma forma homogênea.

(74) Id., *ibid.*, p. 186 - 187 - 193 - 194.

(75) Id., *ibid.*, p. 109.

(76) Id., *ibid.*, p. 319.

(77) Id., *ibid.*, p. 323.

Uma vez que utilizou o método de Marx, com o sentido de tornar perceptíveis princípios gerais, Kautsky caiu em conclusões binárias. Quanto à agricultura, sua inferência limita-se a dois elementos apenas, a industrialização da grande produção e a extinção da pequena. E quanto ao destino do campesinato, aquela ilação restringe-se a duas alternativas opostas: transformação em patrão, capitalista, ou proletarização e assalariamento.

Constata-se, por conseguinte, uma certa incongruência entre a análise desenvolvida por Kautsky, através da qual pode-se perceber a ação multiforme do capital, e a dedução a que chegou a partir desse estudo. No discurso, seguramente, ele apreendeu a dominância e a determinação do capitalismo, impondo-se e expandindo-se, independente de quaisquer formas de propriedade, posse e uso da terra, organização da produção e relações de trabalho com as quais se depare. Esta comprovação já constituiria por si só uma conclusão pertinente e passível de generalização, não se incorrendo, ao admiti-la, na crença numa forma linear e determinista de desenvolvimento pela qual deveriam passar todas as sociedades.

Entretanto, no momento em que afirmou as conclusões, assumindo uma formalização rígida, o autor enquadrou os resultados de suas pesquisas e análises nas tendências à centralização do capital e à proletarização do campesinato, desprezando a multiplicidade de formas e níveis.

Deve-se levar em conta que Kautsky, em *A Questão Agrária*, focalizou o contexto alemão do século passado. E, na verdade, considerando o camponês de então, verifica-se que, naquele país, a passagem do feudalismo para o capitalismo o extinguiu, embora este fenômeno não tenha ocorrido da mesma maneira e com a mesma intensidade em toda a Europa (78).

(78) HOBBSBAWM. Op. cit.: *A Era do*. p. 189 - 206.

Faz-se necessário destacar, ainda, a criação, sobrevivência e recriação de pequenas produções ao lado das grandes, dentro do capitalismo, processo típico dos países periféricos. Isto permite a manutenção, ou o ressurgimento, do camponês, embora qualitativamente diferente do camponês feudal, melhor definido como um pequeno produtor familiar parcialmente expropriado e assalariado de forma precária.

Conforme o pensamento que se pode considerar implícito no discurso Kautskyano, a partir da penetração capitalista na agricultura, a gênese do conflito pela posse e uso da terra residiria essencialmente numa luta do camponês, já subordinado ao capital e, por ele, direta ou indiretamente, e total ou parcialmente, explorado, contra o capital, concorrendo para evidenciar e aguçar as contradições desse modo de produção. No entanto, ao contrário, segundo a concepção explicitada por Kautsky nas conclusões finais de sua obra, pode-se deduzir que a origem desse tipo de conflito estaria na posição retrógrada do camponês, de bloqueio ao próprio avanço do capital, constituindo-se apenas numa luta pela manutenção da propriedade individual e, portanto, um atraso para a generalização da produção socializada.

Diante de certo grau de incoerência que parece existir entre a análise e as inferências do autor, evidenciando como que um esforço de enquadramento da realidade dentro de uma concepção teórica, poder-se-ia, inclusive, aventar a suposição de que a ilação final de Kautsky representou, principalmente, uma justificativa técnica, de caráter econômico, para a possível ocorrência de uma revolução que adotasse como estratégia para o campo, a criação de empresas agrícolas (socialistas) em grande escala, como de fato ocorreu na Rússia, cerca de 20 anos depois*.

* Muito embora este teórico viesse, posteriormente, a divergir do processo revolucionário - que considerou desnecessariamente violento - da Rússia - que julgava imatura para o socialismo.

2.3 - O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E O CAMPESINATO SEGUNDO LÊNIN

São incontáveis os que se propõem analisar a questão agrária segundo a concepção leninista. Dentre esses, alguns a utilizam mais para justificar suas posições teóricas, as quais muitas vezes têm por trás compromissos políticos. Outros, sob a pretensão de uma visão crítica, a refutam, assumindo uma postura de prevenção e de negativismo o que quase sempre não deixa de evidenciar, também, uma posição política oposta. Outros, ainda, a estudam sem dogmatismos, pró ou contra, procurando obter, nos meandros da evolução de sua abordagem, respostas às próprias inquietações.

Situa-se nessa categoria a preocupação deste trabalho, que se volta para as idéias contidas nas contribuições de Lênin, buscando compreender como este autor, com base em princípios teóricos de Marx, e interpretando segundo rigorosos critérios a realidade de sua época, explicou a expansão do capitalismo e o destino do campesinato.

Sobre a análise desse fenômeno na Rússia, ele estabeleceu uma polêmica com os populistas, que se centralizaram na interpretação do mercado interno, defendendo a irrevocabilidade da generalização do capitalismo, através da submissão da agricultura à indústria - e a transformação da primeira num ramo industrial (79).

A abordagem do autor em foco incluiu que a expansão da população urbana ocorria às custas da população agrícola, como resultante do desenvolvimento do capitalismo. Ele se apoiou em teoria exposta por Marx (80), segundo a qual na

(79) LÊNIN, Vladimir Ilich Ulianov. El Desarrollo del Capitalismo em Russia - El proceso de la formación de un mercado interior para la gran industria. Barcelona, Editorial Ariel.

(80) MARX, Karl. El Capital. Edición Alemana. Apud LÊNIN. Op. cit.:

indústria, quando há uma evolução no capital constante, também aumenta, em termos absolutos, o capital variável, apesar de decrescer relativamente; enquanto na agricultura, quando ocorre um incremento no capital constante há um decréscimo absoluto do capital variável, exceto quando se expande a superfície cultivada, o que, por sua vez, implica num crescimento da população urbana (81).

Analisando o desenvolvimento do capitalismo, Lênin afirmou que a constituição do mercado interno fundamentou-se na desagregação do campesinato, passando a demonstrar como esse processo ocorreu na Rússia (82).

Com base em dados sobre quantidade produzida (de acordo com o sistema de cultivo de cada localidade), condições de produção, quantidade de terra (tanto dada quanto tomada em arrendamento), admissão de assalariados e número de animais disponíveis, entre outros (83), e considerando principalmente a posição de cada camada nas relações de produção, Lênin subdividiu os camponeses russos em três grupos: pobres, médios e acomodados.

Demonstrando que a Rússia já se encontrava numa economia mercantil, estando, portanto, o campo completamente subordinado ao mercado, Lênin afirmou que as relações sociais no campesinato apresentavam as contradições inerentes à toda economia mercantil e capitalista: concorrência, luta pela terra, concentração da produção e proletarização e exploração da maioria dos agricultores (84). Mencionou, ainda, alguns fortes agentes de um veloz e contínuo aumento da desintegração camponesa: a intensificação do fluxo migratório

(81) LÊNIN. Op. cit.: El Desarrollo. p. 26.

(82) Id., *ibid.*, p. 53.

(83) Id., *ibid.*, p. 87 - 89.

(84) Id., *ibid.*, p. 161.

(oriundo do meio rural); o desenvolvimento do comércio (aproximando o campo da cidade); e a expansão das formas racionais de crédito. Por outro lado, atribuiu à prestação de serviços pessoais e à usura, entre outros fatores, a possibilidade de conter ou reduzir a desintegração camponesa. O autor abstraiu esses condicionantes da sua análise, considerando que os dados globais de evolução econômica na agricultura russa comprovavam que a desagregação, já era, então, incontestavelmente um fato consumado (85), (grifo de Cantalice). Ela consistiu na extinção completa do velho campesinato e na conformação de outras categorias na população rural: a burguesia e o proletariado agrícolas, dois grupos antagônicos, desaparecendo o camponês médio (86).

Convém destacar aqui a especificidade da Rússia do século passado. Lá, embora já podendo se constatar o domínio do capital mercantil, ainda era significativa a servidão, com sua lógica própria. É possível que essa peculiaridade tenha implicado na extinção do campesinato, como condição do desenvolvimento do mercado interno.

Aliás, aquele que recebia uma insignificante parcela de terra (o que Lênin ressalva que era feito quando os proprietários encontravam vantagens nisso) foi incluído por ele entre o proletariado rural. O autor considerou rigidez teórica (grifo de Cantalice) a concepção de que "o capitalismo requer um operário livre sem terra", uma vez que cada região apresentava uma evolução típica das relações sociais no campo (87). Segundo ele, o camponês russo não se opunha à transformação capitalista da agricultura, que ocorreu gradativamente, em ritmo bastante lento e através de diferentes vias, constituindo, ao invés disso, um alicerce fir-

(85) Id., *ibid.*, p. 173 - 174.

(86) Id., *ibid.*, p. 165.

(87) Id., *ibid.*, p. 166 - 168.

me e profundo para o capitalismo (88).

No livro *Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América*, Lênin aludiu à necessidade de se levar em conta as formas diversas de que se revestia a subordinação e transformação da agricultura pelo capital (89).

Mencionando que o Oeste encontrava-se sendo povoado através de terras doadas, regulamentadas por uma ação governamental populista (90), o autor constatou em outra região, no sul, a existência de parceiros "semifeudais", estabelecendo comparação com a Rússia.

"Tanto na América quanto na Rússia, a região onde predomina a parceria é a que apresenta o maior atraso, a maior degradação, a maior opressão das massas trabalhadoras" (91).

Ele comprovou a expansão da agricultura mercantil nos Estados Unidos como um todo, inclusive no sul, onde se desintegravam os latifúndios escravistas, para dar margem a uma maior quantidade de pequenos estabelecimentos, voltados para culturas de mercado, apresentando, ao mesmo tempo, diminuição da área cultivada e incremento no volume produzido, isto é, aumento da produtividade (92). Esse fato, associado ao crescimento do capital investido - no caso do sul referente a adubos - fazia com que esse tipo de exploração pu-

(88) Id., *ibid.*, p. 162 - 167.

(89) LÊNIN, Vladimir Ilich Ulianov. *Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América - Novos dados sobre as Leis de desenvolvimento do Capitalismo na Agricultura*. São Paulo, Edit. Brasil Debates, 1980.

(90) Id., *ibid.*, p. 04 - 05.

(91) Id., *ibid.*, p. 12.

(92) Id., *ibid.*, p. 17 - 18.

desse ser tomada como empresa, forma de desenvolvimento típico do capitalismo (93).

Considerando o assalariamento, indicador por excelência do avanço do capitalismo no campo, embora sem dispor de dados sobre o assalariamento complementar, o que sem dúvida contribuiu para a subestimação dos resultados, Lênin comprovou a expansão do número de assalariados permanentes e, sobretudo, temporários (94).

Já em regiões onde não havia abundância de trabalhadores, remanescentes da escravidão, prevaleceu a inversão de capital em máquinas, sobretudo nos menores estabelecimentos, elevando-se o índice de capitalização na agricultura e agilizando-se a expansão do capitalismo (95).

Conforme o autor, na região setentrional, que se caracterizava por ser mais industrializada, concentrava-se o maior avanço do capitalismo. Lá, tanto surgiu mercado para sua agricultura, como essa foi se tornando tão intensiva a ponto dessa região chegar a ser a maior produtora (96)..

Além do aumento generalizado de volume econômico nas empresas de todos os tipos e tamanhos, o autor salientou ainda em algumas regiões uma tendência à concentração, ou seja, uma propensão ao desenvolvimento dos maiores estabelecimentos, à custa da redução do número, ou da importância econômica, das unidades de produção pequenas e intermediárias (97). Em outras áreas estudadas, onde ocorreu desmembramento, parcial ou total, de latifúndios menos produtivos, surgiu o fenômeno de fortalecimento das explorações menos

(93) Id., *ibid.*, p. 27 - 33.

(94) Id., *ibid.*, p. 23 - 25.

(95) Id., *ibid.*, p. 35 - 38.

(96) Id., *ibid.*, p. 08 - 09.

(97) Id., *ibid.*, p. 46.

extensas voltadas para produtos que exigiam um cultivo mais intensivo que extensivo, reduzindo-se o número de estabelecimentos médios (98).

Assim, Lênin mostrou a dupla maneira do capitalismo avançar na agricultura, prevalecendo, em ambos os casos, de um lado, a produção capitalizada e, de outro, a proletarianização, ou o empobrecimento, e o assalariamento daqueles que não puderam se capitalizar.

Lênin explicou, mediante critérios econômicos, a segunda via de dominação do capitalismo pela possibilidade de uma exploração manter-se numa superfície pequena, mas transformar-se numa grande produção, pelo aumento do volume produzido, devido à introdução de fertilizantes e/ou de maquinaria. Desse modo, duas explorações com significativa diferença na extensão de área podiam ser consideradas no mesmo nível quanto ao volume de produção, emprego de capital e de assalariamento (99).

Baseado nesse argumento, o autor demonstrou que o processo de extinção da pequena produção, na agricultura americana, assumiu, preponderantemente, o aspecto da eliminação dos estabelecimentos mais extensos, porém menos produtivos, por aqueles de áreas menores, mas, por outro lado, de culturas intensivas, capitalizadas e mais produtivas (100).

Pode-se considerar, essa posição de Lênin, formal e objetivista, no sentido de que ele forçou, através da inclusão de novos critérios, o enquadramento de diferentes processos, ocorridos em realidades diversas e bem definidas, nos limites de leis e princípios gerais.

(98) Id., *ibid.*, p. 49 - 50.

(99) Id., *ibid.*, p. 63.

(100) Id., *ibid.*, p. 71.

Com efeito, o clássico em apreço, embora considerando uma audácia, assinalou que pesquisa racional, em procedimentos avançados, ratificaria, sempre, que o capitalismo, da mesma forma que faz na indústria, elimina a pequena exploração agrícola, substituindo-a pela grande (101).

Entretanto, o próprio autor reconheceu que essa eliminação da pequena produção - segundo o valor econômico - pela grande não deveria ser interpretada no sentido estrito de uma expropriação direta e/ou instantânea, podendo se revestir de um lento e gradual processo de empobrecimento do pequeno produtor, através da intensificação e do desgaste da sua força de trabalho, da decadência do seu consumo alimentar, do aumento do seu endividamento e da ausência do progresso técnico, condicionando formas irracionais de cultivo da terra (102).

Portanto, retomando o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, segundo Lênin, ele resultou na predominância de grandes propriedades capitalizadas, originárias do latifúndio feudal. Entretanto, ao abordar o capitalismo na agricultura nos Estados Unidos, apresentou uma diferenciação na forma pela qual o seu desenvolvimento se revestiu, sobressaindo-se, conforme diz, a capitalização das explorações, tanto as maiores como, sobretudo, as de pequena extensão de área, transformando-se, estas últimas, em grandes produções, predominando assim a exploração ampla, em termos de valor econômico. Em ambos os casos, destacou-se a conformação final de duas novas categorias diametralmente opostas, burguesia e proletariado rurais.

Em suma, Lênin concluiu que o capital, independentemente de formas de propriedade, posse e uso da terra, impunha o seu domínio sobre todas e quaisquer delas, através

(101) Id., *ibid.*, p. 59

(102) Id., *ibid.*, p. 64

dos mais diversos mecanismos, submetendo as várias formas de propriedade fundiária, transformando-as à sua maneira (103).

"O capitalismo subordina a si, tanto a (...) propriedade comunal, quanto a posse ou a propriedade regulamentada por uma livre e gratuita distribuição da terra no quadro de um Estado democrático ou de um Estado feudal (Sibéria e Farwest americano), bem como a propriedade fundiária semifeudal das províncias "autenticamente russas". O processo de desenvolvimento e triunfo do capitalismo é, em todos estes casos, da mesma natureza, mas ele não se reveste da mesma forma" (104).

Em outra obra, Lênin (105) identificou, definindo com clareza, duas formas que essa expansão do capitalismo na agricultura podia assumir. A via prussiana, ou "Júnker"* e a via americana, ou "farmer"**. A primeira, consistindo na vagarosa transformação da propriedade feudal em grande empresa capitalista, através de um demorado processo caracterizado pela cruel expulsão de camponeses e pela grande opressão sobre eles. A segunda via, constando da inexistência, ou da extinção, dos latifúndios e da prevalência do camponês, que se transmutava em granjeiro capitalista ou

(103) Id., *ibid.*, p. 5 - 52.

(104) Id., *ibid.*, p. 52.

(105) LÊNIN, Vladimir Ilich Ulianov. O Programa Agrário da Social Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905 - 1907. Livr. Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1980.

* Do Alemão, significando latifundiário nobre prussiano.

** Do Inglês, significando pequeno fazendeiro americano capitalizado.

"farmer", assalariando-se os que, não conseguindo fazê-lo, proletarizavam-se (106).

Finalmente, o próprio Lênin assegurou que uma análise teórica tratava de tendências fundamentais em seu conjunto, acrescentando a afirmação de Kautsky de que qualquer exploração agrícola, com o capitalismo, era "regra geral" uma exploração capitalista (107). Continuando, ele explicou que Kautsky estudou tipos específicos de relações econômico-sociais, criadas pelos interesses da grande produção capitalista, em certos períodos de sua evolução e mediante alguns condicionamentos históricos (108).

Tomando em consideração todo o exposto, pode-se verificar que a concepção de Lênin, evidenciada nas suas obras aqui mencionadas, difere das duas visões de Marx. Da primeira, por ultrapassar a percepção unilinear do desenvolvimento capitalista, enquanto um processo de concentração e capitalização das grandes propriedades e proletarização do campesinato. Da segunda, multilinear, por restringir-se a dois caminhos de expansão do capital na agricultura e, ao mesmo tempo, por afirmar que o final de ambos são formas de produção tipicamente capitalistas.

Enquanto Kautsky limitou-se ao contexto alemão, insistindo no argumento da superioridade técnica da exploração mais extensa em superfície, evidentemente capitalizada, portanto grande produção quanto a volume e área, Lênin já incluiu nos seus estudos o país da América mais importante sob o ponto de vista da expansão capitalista à época. Embora reconhecendo a diversidade de forma que assumiu naquele país o desenvolvimento do capitalismo, o autor, como se numa exigência metodológica de generalização, a nível de ten-

(106) Id., *ibid.*, p. 29 - 30.

(107) LÊNIN, Vladimir Ilich Ulianov. O Capitalismo na Agricultura. (O livro de Kautsky e o artigo do senhor Bulgákov) - IN Silva José Graziano e Stolcke, Verena. Organizadores: A Questão Agrária. p. 87 - 89.

(108) Id., *ibid.*, p. 106 - 109.

dência do desaparecimento ou não, da pequena produção, defende a primeira corrente.

Em ambas as formas do desenvolvimento do capitalismo, que, segundo ele, não se excluem, mas podem ocorrer de forma simultânea ou alternada, este termina sempre por consolidar a transformação da agricultura aos moldes da indústria, fazendo prevalecer a grande exploração em termos econômicos e eliminando a pequena produção mercantil de caráter familiar.

E, de conformidade com essa concepção leninista, a existência de conflito no campo ganha também uma interpretação peculiar. Latifundiários e camponeses eram os dois pólos que se contrapunham, não obstante, ambos sejam a favor de uma evolução agrária burguesa. O choque de interesses entre os mesmos decorria da defesa de diferentes caminhos. Os latifundiários pretendiam conservar, o quanto possível, suas terras. Disto resultava uma longa e penosa expropriação de camponeses. Estes, por sua vez, visavam à manutenção da terra e a um melhor nível de vida, com a destruição rápida dos latifúndios e de sua opressão. A via prevalecente dependia sempre de condições históricas objetivas e subjetivas.

Essa explicação da disputa pela terra, apesar de lógica, peca por sua vinculação e conseqüente limitação de aplicabilidade a um contexto histórico onde predomina o latifúndio feudal. Nas regiões onde a sociedade se constitui sob a égide do capitalismo, as demais formas por ele mantidas, segundo seus interesses, não entram em choque exclusivamente e sobretudo com grandes propriedades não capitalistas. Toda produção é, direta ou indiretamente, dominada pelo capitalismo. E, conseqüentemente, quaisquer excedentes, mesmo aqueles gerados sem a penetração do capital na esfera produtiva, são apropriados pelo capital a nível da circulação.

De acordo com o ponto de vista defendido neste estu-

do, é possível admitir-se a inexorabilidade do avanço do capitalismo, sem que isto necessariamente implique na organização produtiva da totalidade das explorações de forma tipicamente capitalista.

Deve-se ressaltar, inclusive, que em países periféricos, desde o início do seu desenvolvimento, coexistem, ou são recriadas, segundo os interesses do capitalismo e totalmente submetidas ao seu ritmo de acumulação, formas de propriedade e organização da produção não especificamente capitalistas.

Portanto, se em geral a expansão do capital realiza-se independentemente das formas - anteriores, coexistentes ou recriadas - com as quais se confronte; e se o capital faz prevalecer sempre aquela(s) que mais se adegue(m) ao ritmo e demais características do momento de acumulação capitalista, o que essencialmente existe de univesalizável em todo esse processo é a força do avanço e dominação do capital.

Desse modo, nem sempre a proletarização generalizada dos pequenos produtores agrícolas é imprescindível ao desenvolvimento capitalista.

Diante do que foi explanado, pode-se considerar, até certo ponto, as conclusões de Lênin adaptadas a uma justificação para a Revolução Russa e para os mecanismos preconizados pelos seus programas e decretos para o trato com o problema agrário (109). Enquanto isto, pode-se considerar também que generalizar essas conclusões significaria uma

(109) LÊNIN, Vladimir Ilich Ulianov. A Transformação Socialista da Agricultura - Biblioteca do Socialismo Científico, Ed. Estampa, Lisboa. 1975 - O Histórico Decreto sobre as Terras - 1917 - passou imóveis, produção, cultivos e benfeitorias ao comando dos Comitês Rurais e dos Sovietes de Deputados dos Camponeses. Um decreto do Comitê Executivo Central de toda a Rússia - 1918 - criou os Comitês dos Camponeses Pobres. O VIII Congresso do PCR - 1919, superou a posição neutra face o camponês médio e proclamou uma aliança sob a hegemonia do operariado. E assim por diante.

atitude formalista e, por conseguinte, limitada.

2.4 - O ESTADO: DA DOMINAÇÃO DE CLASSE A VIABILIZAÇÃO DO CAPITAL

Até aqui foi abordado o avanço do capital na agricultura com base em interpretação pessoal da análise feita pelos três clássicos: Marx, Kautsky e Lênin. Trata-se, agora, de recuperar a visão desses autores sobre a natureza e a ação do Estado, a fim de verificar até que ponto ela permite a explicação, no caso dos países periféricos, dessa instituição condicionando o desenvolvimento capitalista e sua expansão na agricultura.

Numa ordem cronológica, a fim de que se possa perceber a evolução das idéias dentro dos diferentes contextos históricos em que elas surgiram conforme o anteriormente exposto, retoma-se inicialmente o primeiro autor em várias de suas obras nas quais menciona o Estado.

Na Ideologia Alemã, a partir do confronto entre objetivos contrários, individuais e coletivos, o autor estudou o surgimento do Estado assegurando que ele se fundamentava nas relações reais entre conglomerados, ou classes sociais, onde o poder de uma prevalecia sobre as demais. Por isso, ele considerou que, enquanto feição exterior de interesses coletivos, o Estado constituía apenas a aparência, sendo isto fundamentalmente uma ilusão (110). Na prática, os choques entre aqueles objetivos em contradição - individuais e gerais, ou tidos como tais - realimentavam a necessidade da efetivação prática do falso papel coletivo, através de mecanismos diversos de atuação (111).

O autor atribuiu ao Estado natureza "prático - idealista" e o considerava essencialmente como a configuração exterior da soberania da classe detentora do poder econômi-

(110) MARX. Op. cit.: A Ideologia ... p. 48

(111) Id., ibid., p. 49

co sobre a sociedade (112). Através desse organismo, os elementos da classe dominante impunham os seus interesses de classe à sociedade civil como um todo. Daí ele afirmava:

"... segue que todas as instituições" (a sociedade civil) "são mediadas pelo Estado e adquirem através dele uma forma política" (113).

Ele compreendeu o Estado na Idade Moderna, como instrumento da burguesia, na tentativa de consecução de seus objetivos, assumindo vida própria, coexistindo externo à sociedade civil (114).

Vê-se que Marx, através de um refinado raciocínio, principiava a esboçar uma teoria do Estado, na qual o concebiam como representante dos interesses da classe dominante.

Na sociedade de classes, deve-se levar em conta que, sendo o seu motor a luta de classes, dependendo das formas de que ela se reveste e do grau que assume, torna-se mais complicada e árdua a necessária atuação estatal no sentido de reproduzir as condições sociais de produção (115). Com a leitura dessa obra, não se conseguiu descobrir em Marx a resolução dessa contradição entre a necessidade e a dificuldade de desempenho do papel do Estado.

Em o Capital, Marx salientou que o Estado, usando instrumentos impulsionadores da acumulação primitiva - o colonial, o das dívidas públicas, o tributário e o protecionismo - conseguiu apressar "artificialmente" a passagem do feudalismo para o capitalismo (116). Ele explicou que o

(112) Id., *ibid.*, p. 108.

(113) Id., *ibid.*, p. 98.

(114) Id., *ibid.*, p. 98.

(115) MATHIAS, Gilberto e SALAMA, Pierre. O Estado Super Desenvolvido - das metrópoles ao terceiro mundo - (ensaios sobre a Intervenção Estatal e sobre as formas de dominação no capitalismo contemporâneo) Editora, Brasiliense, São Paulo. 1983. p. 16.

(116) MARX; Op. cit.: O Capital. L.1. v.2. p. 868 - 869.

auxílio dessa força (do Estado) utilizada pelo capital é que lhe garantia o "direito" de se apropriar do trabalho excedente (117). Segundo a interpretação do autor, dependendo das condições históricas, esse órgão atuava como o capital, requeria, por exemplo, ora aplicando uma jornada extensa, ora reduzindo-a, como meio de assegurar a acumulação e, ao mesmo tempo, a reprodução da força de trabalho (118).

Assim, o autor mostrou com exatidão, na mesma obra, a ligação do Estado com os diversos mecanismos utilizados pelo capital ao longo da sua história para garantir e estender o seu domínio. Portanto, a afirmação anterior de Marx, de que a utilização do poder estatal apressaria "artificialmente" o avanço do capitalismo, não deve ser entendida como uma visão do Estado fora do capital, uma vez que, em outras passagens de sua obra, ele demonstra a ligação entre ambos. Portanto, pela sua própria vinculação ao capital, pode-se atribuir ao emprego do poder do Estado um caráter conseqüentemente "natural".

A atuação estatal, já nos primórdios do capitalismo, incluiu a concessão de subsídios àqueles capitalistas da indústria ou do comércio que necessitavam de um "quantum" de capital maior do que dispunham (119). Essa era uma forma de "intervenção indireta"* na economia, a qual evidenciava ainda mais a ligação "orgânica"** entre o Estado e o capital. Na fase em que alguns ramos industriais já haviam passado a se constituir em monopólios, surgiu o controle da produção, como nova forma de intervenção indireta (120).

(117) Id., *ibid.*, L. 1. V.1, p. 307.

(118) Id., *ibid.*, p. 308.

(119) Id., *ibid.*, p. 354

* Conforme usado por MATHIAS E SALAMA Op. Cit.: p. 104.

** Conforme usado por MATHIAS E SALAMA Op. Cit.: p. 26.

(120) Id., *ibid.*, L.3. V.5, p. 507.

Quando criticou um adepto do liberalismo econômico (Carey), que atribuía ao Estado culpa pela deformação das relações "naturais" - capitalistas - Marx avançou na sua concepção sobre a essência dessa instituição inclusive considerando os impostos filhos da evolução capitalista. Ainda na mesma polêmica, Marx ironizou a contradição em que incorreu aquele autor, uma vez que o mesmo, por um lado, qualificou a intervenção estatal como infringindo a expansão natural do capitalismo e, por outro lado, considerou-a necessária quando a Inglaterra defende seus próprios interesses no mercado mundial (121).

Está claro que eram da mesma natureza as interferências do Estado nos dois diferentes momentos, conseqüências lógicas do próprio capital. Segundo Marx:

"A forma econômica específica na qual trabalho não - pago se extorque dos produtores imediatos exige a relação de domínio e sujeição tal como nasce diretamente da própria produção e, em retorno, age sobre ela de maneira determinante (...) é sempre na relação direta entre os proprietários dos meios de produção e os produtores imediatos (...) que encontramos o recôndito segredo, a base oculta da construção social toda e, por isso, da forma política das relações de soberania e dependência, em suma, da forma específica do Estado numa época dada. Isto não impede que a mesma base econômica, a mesma quanto às condições fundamentais possa apresentar (...) infinitas variações e gradações que só a análise dessas condições empiricamente dadas permitirá

(121) Id., *ibid.*, p. 652.

entender" (122).

Essa concepção de Marx evidencia a interdependência entre o modo de produção, que domina e submete toda a sociedade, e o Estado, que se incumbe de criar as condições para reproduzi-la. Essa forma de Marx ver o Estado mostra claramente também a interrelação entre condicionamentos empíricos - inclusive "influências históricas de origem externa" - e nível de desenvolvimento desse modo de produção. Tal conceito contém, ainda que implicitamente, os germes da definição de regime político, sobretudo quando alude à "forma política" como "forma específica do Estado numa época dada". Resta, por conseguinte, diferenciar e particularizar as duas noções o que só veio a ser feito muito recentemente (123).

Segundo a interpretação deste trabalho, quando Marx fez referência, por diversas vezes, à influência de condições históricas determinadas, ele estava reconhecendo que situações empíricas peculiares condicionavam diferentes relações entre proprietários de meios de produção e produtores diretos. Isto viria corroborar os pontos de vista aqui assumidos de que esse autor, implicitamente, posicionava-se em defesa de diferentes vias de desenvolvimento do capitalismo.

(122) Id., *ibid.*, V. 6. p. 907 - Isto pode ser exemplificado quando, ao analisar o despotismo, Marx mencionou Estados que se caracterizavam por chamar a si, e dirigir, atividades de interesses "coletivos" e, por outro lado, por assumir papéis típicos de interveniente entre povo e governo. Id., *ibid.*, v. 5, p. 442.

(123) MATHIAS e SALAMA. Op. cit.: O Estado... Passim. HIRSCH, Joachim. *Eléments pour une Théorie Matérialiste de l'Etat*. In: VINCENT et alli. *L'Etat Contemporain et le Marxisme*. François Maspero, Paris, 1975, Passim. WIRTH, Margaret. *Contribution à la Critique de la theorie du Capitalisme Monopoliste d'Etat*. In: VINCENT Op. cit.: Passim.

É claro que uma percepção de diversos caminhos para a expansão capitalista, a partir da qual poder-se-ia deduzir a concepção do Estado, implicaria numa análise dele e do capital no bojo da divisão internacional do trabalho, onde se poderá perceber o funcionamento da totalidade e suas decorrências.

No que respeita a Estado, isto foi lembrado por Marx na Crítica ao Programa de Gotha (124) quando afirma, com referência ao Estado Alemão, que

" (...) o marco do Estado Nacional de hoje (...) acha-se, por sua vez, economicamente, "dentro do marco" de um sistema de Estados. Qualquer comerciante sabe que o comércio alemão é, ao mesmo tempo, comércio exterior (...)" (125).

Portanto, tem-se a considerar que houve uma evolução no que tange à conceituação de Marx sobre Estado. Embora ele a tenha formulado várias vezes como instrumento, apenas de início ligou-o à classe dominante, passando, depois, a relacioná-lo mais ao capital em si do que à burguesia. Em momentos posteriores, foi além dessa concepção, introduzindo noções acessórias acerca de condições históricas de inserção no comércio exterior, o que indica um caminho para análises mais abrangentes.

No último trabalho citado, produzido em 1875, Marx ainda acrescentou outra contribuição valiosa para compreensão de um mecanismo usado pelo Estado. Refutando proposta oriunda do Congresso de Unificação de Gotha, no tocante à criação de cooperativas de produção, através de auxílio estatal, negou a possibilidade de "organização socialista de todo o trabalho" mediante ajuda do Estado, capitalista, considerando-a uma hipótese fantasiosa (126).

(124) MARX, Karl - Crítica ao Programa de Gotha, In: MARX, KARL e ENGELS, Friedrich - Textos v.1, ed. Sociais, São Paulo, 1977, p. 221 - 250.

(125) Id., ibid., p. 235.

(126) Id., ibid., p. 237 - 238.

ele vinculado e, dado o caráter de totalidade deste, dependente da maneira como o Estado se insere no "comércio exterior". Bem como, de uma visão de diferentes formas que essa instituição possa assumir, chegando a se materializar até num sistema de governo tirânico. Sobre isso particularmente, pode-se considerar em Marx um antever da compreensão do regime político. Do mesmo modo, na primeira assertiva acima, tem-se neste autor, um precursor da ligação do Estado com o capital a nível tanto endógeno, como exógeno.

Se Marx não continuou, estendeu, aprofundou, nem sistematizou seus estudos sobre este tema, pelo menos também não limitou, restringiu e sobretudo não o dogmatizou.

Após ter-se identificado e analisado as idéias de Marx, pôde-se inferir delas o grau de coerência do autor e o precoce nível de abrangência, de sua abordagem, o que a torna, ainda atualmente, passível de aplicabilidade.

A seguir, observando-se a mesma seqüência de autores clássicos consultados sobre o avanço do capital, considerar-se-á Kautsky, embora o Estado nele tenha sido visto, tangencialmente, apenas enquanto elemento necessário à explicitação dos temas centrais de suas obras. Por exemplo, em *A Questão Agrária*, o processo de expansão do capital na agricultura.

Nesse livro, o autor por várias vezes mencionou o Estado sempre atuando em favor das classes dominantes. Conforme o seu relato, desde a época do feudalismo, quando se travaram lutas violentas no meio rural, os nobres eram auxiliados por esse organismo contra os camponeses (128).

Já com o surgimento do modo de produção capitalista, gerando a decadência da pequena produção industrial, a tendência ao desaparecimento da pequena exploração agrícola foi dissimulada e uma sobrevivência lhe era garantida durante um

certo tempo, graças à intervenção estatal, assegurada pelas classes dirigentes (129). É evidente que isto atendia a interessês imediatos dessas classes, ou de parte delas.

Por outro lado, o autor indicou ainda que, quando a evolução da grande propriedade esbarrava em algum entrave, os senhores de terra contavam sempre com o concurso do Estado no sentido de sua superação (130). Também, quando havia falta de braços e os mecanismos da iniciativa privada mostravam-se insuficientes para fixar o trabalhador rural ao seu meio, solicitava-se a intervenção estatal direta, isto é, sob a forma de atuação repressora (131).

Na sua obra *O Caminho do Poder*, em que tratou das condições objetivas que caracterizariam a emergência de uma etapa revolucionária, Kautsky mostrou a interação dialética entre os órgãos de classe dos trabalhadores e dos patrões e o Estado (132).

Na descrição desse processo, o autor ressaltou que os sindicatos de trabalhadores em seu enfrentamento com os da classe patronal podiam chegar a "comover" o Estado, influenciando sobre governo e parlamento (133). Por outro lado, Kautsky considerou que, dentro da luta entre essas classes, uma exigência de reformas sociais provocava reação contrária, cada vez mais forte, das organizações patronais. Daí, ele ter evidenciado que, à medida que essa luta assumia uma feição política, os sindicatos de patrões empenhavam-se em influenciar também parlamento e governo no sentido de usar repressão sobre o proletariado (134).

O autor exemplificou essa questão citando alguns casos. Na Alemanha, após significativas diferenças eleitorais favoráveis ao operariado, implantava-se, de imediato, um

esquema do voto protegido. Na Inglaterra e nos Estados Unidos, uma vez que o Legislativo não ousava limitar a movimentação dos proletários, o Poder Judiciário o fazia. Já na França e na Suíça, onde o exército absorvia grande parte da renda nacional, as tropas militares eram lançadas contra operários (135).

Kautsky apontou, em outro de seus trabalhos, a burocracia e o exército como instrumentos do Estado moderno que lhe permitiam efetivamente exercer a dominação (136).

Embora sem desenvolver o conceito de "formas políticas"* das quais pode-se revestir o Estado, ele abordou a questão quando aludiu à tentativa de constituição de uma democracia, mediante a conquista do "sufrágio universal e o escrutínio secreto", uma legislação favorável à maioria da população e os meios necessários para efetivar as reformas sociais exigidas (137).

Pelo que foi explanado, apesar de riqueza da descrição, deve-se observar que Kautsky fica aquém da concepção que Marx expressou a respeito da ligação com o capital, do caráter de Estado e de suas "formas políticas". Suas referências, embora fiéis ao concreto aparente, padecem de restrição temporal e geográfica. Ele não chegou sequer a uma conceituação precisa, possivelmente por ter considerado esse órgão - o Estado - pelo que se pode inferir, uma entidade suprema pertencente à "superestrutura" política - o que revela uma percepção dicotômica da economia e da política -

(135) Id., *ibid.*, p. 82 e 86.

(136) KAUTSKY, Karl. *A Revolução Social* (1902). APUD. LÊNIN, Vladimir Ilich Ulianov. *O Estado e a Revolução*. Hucitec, São Paulo, 1979.

* Conforme MARX *O Capital* L. 3. V. 6. p. 907

(137) Id., *ibid.*, p. 83.

onde o Estado é mera manifestação da estrutura e das relações entre as diversas classes e grupos sociais existentes naquele momento histórico.

Vale salientar que, mesmo narrando a realidade exterior, ele registra enfaticamente a ação ambígua e flutuante do Estado. No entanto, o autor não chegou a explicitar que isto ocorre segundo uma determinação mais forte do capital em busca de expansão.

O terceiro e último autor retomado, ao se procurar interpretar a visão clássica sobre Estado, Lênin, partiu da sistematização das idéias de Marx e Engels a respeito do assunto.

Ele principiou demarcando o caráter dessa instituição, como resultado e expressão da contradição entre classes antagônicas. Ou seja, ele considerou que, onde as classes se encontravam em situação inconciliável, surgiu o Estado. E, numa correspondência mútua: o seu aparecimento vinha comprovar o antagonismo insuperável entre as classes (138).

Lênin concordou com Marx, afirmando que este havia considerado o Estado a constituição pela classe dominante, de uma "ordem" que legitima e consubstancia a soberania de uma classe sobre outra, e a submissão dessa à primeira. Segundo Lênin, retirando da classe subjugada os instrumentos e recursos que lhe permitiriam reagir contra os seus dominadores - que visa a derrubar - o Estado cumpre a finalidade precípua de atenuar os choques entre classes inconciliáveis (139), a fim de que os conflitos não prejudiquem a acumulação.

Codificando análises e interpretações de Marx e Engels sobre "o Estado burguês do capitalismo competitivo", Lênin define o significado e a função do Estado, citando Engels:

(138) LÊNIN, Op. cit.: O Estado ... p. 09.

(139) Id., ibid., p. 10.

"a antiga sociedade, que se movia através dos antagonismos de classes, tinha necessidade do Estado, isto é, de uma organização da classe explorada, em cada época, para manter as suas condições exteriores de produção (grifo de Cantalice) e, principalmente, para manter pela força a classe explorada nas condições de opressão exigidas pelo modo de produção existente (escravidão, servidão, trabalho assalariado). O Estado era representante oficial de toda a sociedade, a sua síntese num corpo visível, mas só o era como Estado da própria classe que representava em seu tempo toda a sociedade" (140).

Portanto, nessa obra, a concepção leninista de Estado aborda-o como um instrumento absolutamente necessário à manutenção da sociedade de classes, mas não uma parte dela, como de fato é. Embora essa instituição tenha se originado da própria sociedade dividida em classes irreconciliáveis, ela se torna "superior" à sociedade e dela se distancia gradativamente mais (141). O Estado, para Lênin, é considerado, pelo menos nesse momento, fora e acima da sociedade e não a integrando.

É assim realmente que o Estado se apresenta, como "algo acima das classes". No entanto, Marx já havia demonstrado, como foi visto, que o mistério da "construção social toda" é desvendado pela "relação direta entre proprietários dos meios de produção e produtores imediatos". A reprodução das condições sociais de produção não pode

(140) Id., *ibid.*, p. 20.

(141) Id., *ibid.*, p. 12.

ser explicada sem o Estado. Por conseguinte, ele integra a relação social e nela se efetiva (142). Isto, a concepção instrumentalista não consegue demonstrar.

Deve-se observar que Lênin indicou a variação do nível do poder público, segundo a avidez com que o mesmo concentra todas as forças da sociedade. Ele mencionou que, por ocasião da Primeira Grande Guerra, ocorreu uma hipertrofia do poder governamental, na busca da partilha das conquistas, ou mediante a justificativa da defesa nacional.

Embora sem explicitar a conceituação de "regime político"*, ele caminhou na questão concordando com Engels quando este afirmou que a riqueza empregava mais firme e sutilmente o seu poder numa democracia, considerada seu melhor invólucro possível, do que num regime despótico, apontando mecanismos historicamente utilizados nesse processo, como alianças e corrupção (143).

Ainda com base em Engels ele assegurou que o sufrágio universal não passava de mais um recurso, através do qual a classe burguesa exercia a sua opressão, no Estado de então. Desse instrumento nada mais se podia esperar do que observar, através dele, o grau de amadurecimento do proletariado (144).

(142) MATHIAS e SALAMA, Op. Cit.: O Estado ... p. 26.

* Conforme MATHIAS E SALAMA. Id., ibid., p. 16.

(143) LÊNIN, Op. cit.: O Estado ... p. 17 - 18.

(144) Id., ibid., p. 18. Lênin retomou, na sua análise do imperialismo, a situação do direito eleitoral, citando como exemplo a Inglaterra, onde ele foi restringido apenas às camadas superiores que constituíam a minoria da classe operária, justificando-se, então, a exclusão da maior parte pelo descaso dos políticos, quando de fato essa era apenas mais uma evidência da contradição fundamental do capitalismo, aguçada nesse estágio, mais ou menos disfarçada, pelo regime político - LÊNIN, Vladimir Ilich Ulianov. O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo . p. 575 - 678. IN: Obras Escolhidas V. 1, Editora Alfa - Omega, São Paulo, 1979, p. 654.

Lênin evidenciou, com muita propriedade, a seguinte relação dialética entre a democracia capitalista e a classe operária: embora aquela fosse a forma de governo menos repressora para essa classe sob o capitalismo, não extinguiu a dominação sobre ela, disfarçava-a melhor, como já foi demonstrado. Ele concluiu enfático: - "um Estado, seja ele qual for não poderá ser livre, nem popular" (145).

Portanto, apesar de mecanismos particulares de legitimação, cada "regime político", sob o capitalismo, constitui apenas a forma de que se reveste o Estado para garantir a reprodução do capital.

Enquanto apontou para o objetivo de garantir as condições exteriores de produção, Lênin avançou na sua forma de compreender o Estado. No entanto, explicou a natureza de classe do Estado pela necessidade indiscutível de sua intervenção e não por ser deduzível lógica e historicamente da própria relação de produção. O Estado está ao mesmo tempo "dentro e fora do capital" constitui uma parte da instituição dessa relação de produção (146).

Em outra de suas obras, onde analisou a fase imperialista do capital, Lênin, embora tenha mencionado apenas de passagem o Estado, avançou na concepção do papel por ele desempenhado durante essa etapa do capitalismo (147).

Ele citou depoimentos sobre como ocorreu, de 1895 a 1910, a ligação entre bancos, empresas, indústrias e órgãos do governo, qualificando-a jocosamente de caminhos "sobrenaturais", o fato de que se verificava identificação da mesma pessoa, ou de pessoas ligadas entre si, em órgãos estatais, financeiros e industriais (148).

(145) Id., *ibid.*, p. 24.

(146) MATHIAS e SALAMA, *Op. cit.*: O Estado ... p. 24.

(147) LÊNIN, *Op. cit.*: O Imperialismo Passim ...

(148) Id., *ibid.*, p. 606.

O autor agora estudado afirmou que governantes e homens públicos da Inglaterra do final do século passado reconheciam explicitamente a vinculação entre origens essencialmente econômicas e origens sociais e políticas do imperialismo. E, enquanto eles consideravam-no politicamente justo, (sob o ponto de vista da Inglaterra, é claro) os capitalistas fundavam cartéis e "trustes" (149). Aí, sua análise histórica evidencia a ligação Estado - capital, não obstante o autor não a tenha destacado expressamente.

Posteriormente, ele explicitou uma forma particular desse vínculo, ao se referir à atuação do capital financeiro, cujo poder tornou-o passível de dominar nas relações internacionais, de modo a subjugar até Estados politicamente independentes. Mesmo quando o Estado ameaçado procurava criar defesas, mediante a instituição legal de monopólios estatais, não conseguia se livrar da dominação monopolista do capital privado (150).

"(...) sob o capitalismo, não se concebe outro fundamento para a partilha das esferas de influência, dos interesses, das colônias, etc., além da força de quem participa na divisão, a força econômica geral, financeira, militar, etc. (...) A reação em toda a linha, seja qual for o regime político; a exacerbação extrema das contradições também nesta esfera: tal é o resultado desta tendência. Intensifica-se também particularmente a opressão nacional e a tendência para as anexações, isto é, para a violação da independência nacional (pois a anexação não é senão a violação do direito das nações à autodeterminação)" (151).

(149) Id., *ibid.*, p. 634.

(150) Id., *ibid.*, p. 636 - 637.

(151) Id., *ibid.*, p. 664 - 665.

Sendo, esta subordinação portanto, mais apropriada ao desenvolvimento do capital financeiro, quando implicava na extinção da autonomia nacional.

Lênin, afirmou que, dessa maneira, o imperialismo transformou a configuração política da Europa e do mundo, que seguiu modificando (152).

Pelo exposto, pode-se inferir que o autor não distinguiu a política do imperialismo de sua economia, ou seja, sobre a base econômica do capitalismo monopolista e da dominação do capital financeiro, quando a exportação de capitais ganhava corpo e predominância, ele viu, como logicamente complementar, as anexações de países "agrários", compatíveis com a expansão do capital monopolista e financeiro, gerando profundas contradições específicas dessa fase. Essa visão real dos laços entre economia e política permitiu que fossem reveladas as contradições fundamentais e não se entrasse equivocadamente no combate à política imperialista, relegando os alicerces capitalistas sobre os quais a mesma se assentava (153).

As características políticas, atribuídas por Lênin ao imperialismo, resultaram num aumento da opressão nacional como efeito da extinção da livre competição e sobretudo da subordinação da oligarquia financeira (154).

Ainda segundo Lênin, com o imperialismo, o mundo ficou separado em dois grupos de Estados. Uma minoria de usurários e uma maioria de devedores. Os primeiros recebendo rendimento do capital dinheiro investido nos demais de uma forma tão significativa que isto se refletia de forma marcante nas condições políticas e sociais de cada país que integrava os dois grupos (155).

(152) Id., *ibid.*, p. 640.

(153) Id., *ibid.*, p. 644 - 645.

(154) Id., *ibid.*, p. 658.

(155) Id., *ibid.*, p. 650 - 651.

Após essa exposição extensa da ligação evidenciada por Lênin entre economia ("caminhos naturais") e política ("caminhos sobrenaturais"), tem-se comprovado o seu avanço na questão Estado, não apenas no que diz respeito à sua vinculação com o capital, mas também no aspecto da sua dedução da "economia mundial constituída"*

Em países periféricos, deve-se considerar o fato, de veras relevante, do capital ter assumido há muito a esfera mundial. Decorre daí a existência, no tempo e no espaço, de formas diferenciadas de desenvolvimento reveladoras de que o processo contínuo de acumulação mundial afeta de maneira heterogênea os diversos espaços geográficos, condicionando-lhes características econômicas e sociais próprias. Isto, por sua vez, atinge o processo de reprodução das relações de produção (156), podendo dificultar o papel do Estado, fazendo inclusive com que surjam regimes de exceção para possibilitar o seu desempenho.

Assim, faz-se necessário apelar para a diferenciação e a particularização de dois conceitos - Estado e regime político, sendo este a "forma de existência" do primeiro. Pela característica do regime político, resultante de condições históricas, possibilitam-se diferentes níveis de interveniência no ato de garantir a reprodução das relações de produção (157).

* Conforme MATHIAS e SALAMA, Op. cit.: O Estado... p. 41 - 42.

(156) MATHIAS, Gilberto - Critique des théories "Exogénéistes" et "Endogénéistes" du Sous-Développement: Les Spécificités de l'Etat et des Régimes d'Accumulation en Amérique Latine - Thèse de Doctorat (Troisième cycle) mimeo. 1983 - Paris France.

(157) MATHIAS e SALAMA, Op. cit.: O Estado ... p. 16.

Precisa-se, portanto, compreender o Estado exteriorizando-se, através de regimes políticos mais ou menos democráticos ou ditatoriais, segundo fatores que facilitem, ou dificultem, sua atuação, vinculado fundamentalmente ao capital, sendo garantidor da sua reprodução.

Essa análise histórica foi que permitiu a autores mais recentes sistematizar a conceituação do Estado produtor e reproduzidor das condições indispensáveis à continuidade das relações de produção capitalistas.

Margareth Wirth afirma que o monopólio (característica apontada por Lênin na fase imperialista) não pode ser considerado como um rasgo substancialmente novo nas relações de produção capitalistas. O Estado, que historicamente lhe corresponde, não passa de uma etapa que se explica pela relação capitalista em si. Como tal, o Estado faz parte dessa relação social sendo, enquanto condição de reprodução das relações sociais de produção, subsumido ao movimento do capital ao qual é vinculado na sua existência e ação (158).

(158) WIRTH, Op. cit.: p. 112, 118 - 119.

Résumons donc: d'un côté, assurer la reproduction du capital exige l'intégration, dans le processus de prise de décision organisé par l'Etat, des intérêts d'individus visant à maintenir leurs ressources. L'intégration des intérêts des travailleurs quant à la reproduction de leur force de travail (intégration qui date de l'introduction du suffrage universel) fait que tout domaine social devient en principe objet de la politique d'Etat. Tous les conflits surgissant entre le travail et le capital apparaissent donc comme pouvant être arbitrés par l'Etat; tous les processus économiques apparaissent comme pouvant être déterminés par l'Etat. Nous avons essayé de démontrer que tout cela n'est qu'apparence, que les activités de l'Etat en tant qu'éléments constitutifs de la reproduction du capital dépendent elles-mêmes de son cours naturel et spontané. Néanmoins l'institutionnalisation de ces processus politiques de prise de décision constitue la base de l'illusion de l'"Etat social" (...) l'influence exercée sur les conditions de reproduction de la force de travail (...) rest confinée à l'intérieur des conditions de reproduction de la classe en tant que classe au sein du capitalisme; elle reste dans le cadre des conditions de reproduction telles qu'elles apparaissent en surface.

Cependant, la limite entre de tels "intérêts immanents" et des intérêts tendant vers la suppression du système d'exploitation même est toujours mobile. C'est bien pour cette raison que la violence "extraéconomique" de l'Etat rest indispensable. Comme nous avons essayé de le montrer, l'articulation d'intérêts et "immanente au système" saisit uniquement les phénomènes superficiels des contradictions réellement existantes. C'est la raison pour laquelle elle ne peut supprimer les causes des conflits- A la base, les intérêts apparemment intégrés réapparaissent donc sans cesse, et la contradiction entre la reproduction du système d'ensemble (en tant que reproduction du capital) et les intérêts du capital, d'un côté, et la classe ouvrière, de l'autre, resurgit constamment".

3. EM QUE SE BASEAR PARA COMPREENDER O "CASO"

Para interpretar um determinado conjunto de fenômenos, deve-se ter sempre um referencial teórico - metodológico. Isto porque toda análise deve expressar uma metodologia que, ao mesmo tempo, a esclareça e norteie. A opção metodológica, ou seja, a escolha do caminho a percorrer no estudo, por sua vez, pressupõe, e apresenta, de forma mais ou menos explícita, um suporte teórico.

Este trabalho visa a compreender o capital - tornado exequível pelo Estado - adaptando e/ou modificando as relações de produção no campo e, com isso, gerando conflitos - e, a atuação do Estado na busca da "solução possível", garantindo, assim, a continuidade da acumulação. Na perseguição desse objetivo, supôs-se ser necessário conceber o capital - viabilizado pelo Estado - de forma articulada a marcos de maior amplitude, que, por sua própria natureza, transcendam, mas, por outro lado, possam também explicar, um fato local e atual.

O ponto de partida para a explicitação do "caso", é a concepção do desenvolvimento diversificado, (só que correlacionado) da economia mundial como um complexo de relações sociais historicamente determinadas e, por isso, não necessariamente homogêneas.

No bojo dessa unidade contraditória, representada pela totalidade do que se definiu como economia mundial constituída, os países periféricos representam a parcela subdesenvolvida e dominada. No mesmo sentido, Mathias e Salama desenvolveram sua compreensão sobre o interrelacionamento das partes em questão.

(...) "O que as qualifica como (...) subdesenvolvidas reside nas diferentes condições

de acumulação, e, sobretudo hoje, nos diferentes efeitos dessa acumulação segundo o pólo onde ela se realiza.

O estudo de cada uma dessas partes não pode ser feito separadamente do estudo do conjunto. Uma age sobre a outra e determina as modalidades novas de expansão através do todo: a economia mundial (...).

Há uma lógica própria à economia mundial que transcende à de cada uma das economias nacionais que a compõem.

(...) As leis da acumulação se situam ao nível da economia mundial. Por isso, a acumulação tem efeitos diferentes no centro e na periferia" (159).

Uma vez concebido o capitalismo como uma unidade - totalidade, deve-se explicitar o reconhecimento de sendas históricas diversas para o desenvolvimento de cada país, não como resultado da dinâmica interna gerada pelas contradições de modos de produção anteriores, mas como efeito da dominação do capitalismo, segundo a etapa de sua evolução.

Em alguns países da Europa, numa fase em que o capitalismo emergia e se realimentava da desigualdade entre os setores, foi a revolução agrícola que criou as pré-condições para o crescimento do mercado interno. Ali, a agricultura funcionou como antecedente direto da indústria que a absorveu e a dissolveu, tecnificando-a e, dessa forma, atrelando-a a si, tornando-a um dos seus ramos. Através da adoção disseminada de modernização tecnológica elevou-se a produtividade do trabalho agrícola, surgindo grandes empresas produtoras de culturas comercializáveis, matérias-primas para a indústria nacional e para a exportação e gêneros alimentícios para a população urbana em expansão. Esses efeitos eram, então, totalmente gerados por forças internas

(159) MATHIAS e SALAMA. Op. cit.: O Estado ..., p. 39 - 40.

e caracterizavam-se pelo nível de expansão universalmente , ou quase generalizado.

Dentro desse processo, desestruturava-se o campesinato feudal, resultando na sua polarização: ricos e pobres - estes totalmente ou parcialmente expropriados - até, em alguns casos, a sua extinção, como classe sem perspectiva de sobrevivência.

A propriedade privada individual, com base no trabalho pessoal, quando não sobreviveu apenas marginalmente, foi extinta, tendo sido substituída pela propriedade capitalista, com base na exploração de outros trabalhadores, claro que em condições históricas determinadas (exceto em raros casos onde permanece significativa, embora em novas roupagens, a França por exemplo).

Nesse período, as insurreições camponesas poderiam inicialmente assumir um caráter, como também uma aparência, progressista, quando se voltavam contra os senhores da terra, pretendendo desalojá-los de suas terras e, do poder político, para desapropriar e parcelar sua propriedade. Nisto, geralmente os insurretos eram comandados, ou induzidos e utilizados, pelos principais interessados, os capitalistas emergentes.

Enquanto as sublevações de camponeses voltavam-se, num segundo momento, contra a expansão capitalista, para manutenção da propriedade privada de sua terra de trabalho, aparentavam um caráter de atraso, pela possibilidade de bloqueio ao avanço capitalista. Mas, apesar disto, a dominação do capital foi substancialmente um processo histórico incontestado e, mesmo classicamente, ele submeteu e adaptou a seu jugo e a seus interesses formas diferenciadas que emergiam segundo o jogo de forças.

"A acumulação de capital não exclui o jogo das classes sociais. Ela é, ao contrário, o produto da luta de classes; e, através

dessa luta, ela influencia seu curso" (160).

Entretanto, a continuidade das relações de produção, dentro da evolução histórica do processo de acumulação de capital, foi garantida pelo Estado que, representando os interesses gerais do capital, ao qual é fundamentalmente ligado, intervém a nível do capital como um todo e dos capitais individualmente.

Nos países, hoje considerados desenvolvidos, isso se tornou possível, só podendo ser compreendido, então, devido à troca de "equivalentes", base do capitalismo, que inicialmente reveste o Estado de uma aparente imparcialidade, mas, após desmascarada pela própria acumulação, justifica a existência e a ação do Estado. Esse, parcialmente dependente em relação ao capital, é corporificado num regime político apenas relativamente livre com respeito às classes sociais (161).

Após essa rápida visão histórico - lógica da natureza do capital e do Estado, e de suas ligações, em países centrais, continuando a tomar como referência a totalidade, ou seja, o capitalismo mundial, pode se situar em outro momento de sua evolução, a possibilidade de interpretação do capital e do Estado nos países periféricos.

Nesses países, ditos de industrialização tardia, quando o mundo já está dominado pela industrialização, onde esse fenômeno não surge mais da própria dinâmica interna, a não ocorrência de uma revolução agrícola como antecedente direto da indústria, é um rasgo característico. Nesse caso, a modernização da agricultura e a adaptação das relações de produção no campo impõem-se brusca e violentamente, a partir de determinações de uma nova fase de acumulação de capital.

(160) Id., *ibid.*, p. 25.

(161) Id., *ibid.*, p. 25 - 26.

Essa imposição violenta e brusca do capital na agricultura não implica na proletarização generalizada. Sob o ponto de vista do indivíduo e da família, em determinados períodos de tempo, o pequeno produtor agrícola torna-se expropriado, assalariando-se, muitas vezes apenas temporária e/ou complementarmente, porém, mantendo-se também ligados à produção familiar.

Como toda a economia, o setor agrícola já foi conformado nos países periféricos voltado para o capital e seus propósitos. Aí, desde os primórdios, a apropriação dos excedentes gerados na agricultura, sob quaisquer formas, contribuía para a acumulação capitalista. Isto independeu da proletarização e deu margem à criação e adaptação dos mais variados tipos de organização da produção sem necessariamente transformá-los em capitalistas.

" A agricultura no Brasil surgiu sob a égide do capital. (...)

Diferentemente portanto da evolução ocorrida na Europa Ocidental, onde o feudalismo com sua produção camponesa dava lugar ao aparecimento do capitalismo através da destruição dessa forma familiar de produção e diferentemente também do ocorrido na Europa Oriental, onde a base camponesa não é destruída pelo desenvolvimento capitalista mas mantida como forma subordinada de produção, no caso brasileiro pode-se dizer que ela é criada pelo capital que, a partir daí, não mais prescinde do seu papel em seu processo de acumulação. (...) O que é importante reter é que o capitalismo cria, destrói e recria a produção camponesa, sempre que convier ao processo de acumulação (...)"(162).

(162) BAIARDI, Amilcar. A penetração do Capitalismo na Agricultura e a Reforma Agrária. Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA. Campinas, v. 12 nº 01, jan/fev - 1982 p. 3.

O resultado é que o amálgama da estrutura produtiva, abalado constantemente pelas investidas do capital, realimenta-o, sendo essa realimentação tanto garantida, quanto produzida pelo Estado. Sem sua intervenção, não seria possível que ela se efetivasse de maneira tão intensa e ágil.

Pode-se passar a considerar o Estado em países periféricos, nesse caso, abstratamente deduzido mais da economia capitalista a nível internacional do que da "internacionalidade", dado ao próprio estágio deste último.

Nesse caso, a continuidade das relações de produção e sua modificação na agricultura, pela violência que assume, tornam indispensável a ação do Estado. Não só como garantia - aparentemente preliminar - através de repressão e iniquidades, bem como e, principalmente, no exercício do papel de produtor dessas relações, inclusive, através de créditos, subsídios, isenções e apoio a projetos especiais (163).

Assim, promovido, assegurado e acobertado pelo Estado, independente das formas com as quais se depare, o capital subordina-as e explora-as, pelos mais diversos mecanismos, fazendo prevalecer a sua dominação.

Partindo dessas premissas, pretende-se compreender um conflito num país periférico como o Brasil, numa região economicamente pobre e dependente, como o Nordeste, caso de Alagamar na Paraíba, por exemplo, como uma expressão externa, imediata e situada - em determinado tempo e lugar - da luta de classes, mais ou menos emergente na sociedade capitalista em constante ebulição. Assim é que a resistência dos pequenos produtores diretos, ligados a formas de organização de produção familiar, à tentativa de sua transformação, ou adaptação, pelo capitalismo, viabilizado ou regenerado e assegurado pelo Estado, é materializada no conflito pela terra.

(163) Id., *ibid.*, Passim

Apenas enquanto expressão concreta localizada e temporalizada, o conflito ocorre aparentemente pela terra, quando, de fato, na sua essência (o que deverá ser explicitado de maneira teórico-prática e econômico-política) ele se constitui numa forma potencial de luta contra o capital e, conseqüentemente, também contra o Estado, promotor, garantidor e regenerador do capital.

Observando-se a nível aparente, o Estado pode ser considerado como ele figura: um mero ator coadjuvante. No entanto, ao induzir os diferentes capitais individualmente, e, ao representar os interesses do capital como um todo, ele promove a expansão capitalista no campo. Desse modo, ele se torna essencialmente agente primário do conflito.

No outro pólo, situa-se a pequena produção de caráter familiar, enquanto explorada e ameaçada de expropriação pelo capital viabilizado pelo Estado.

Esses pequenos produtores não devem ser considerados como uma classe, ou categoria, em extinção, como em muitos países onde o capitalismo desenvolveu-se classicamente. Devido a condições históricas peculiares, nos países periféricos, os pequenos produtores agrícolas constituem um setor, que pode, além de coexistir ao lado do capitalismo, voltar-se contra ele. A possibilidade da resistência camponesa configurar-se numa luta contra o capital, e, por extensão, contra o Estado dependerá, de acordo com todo o exposto, da forma como a agricultura liga-se à indústria. Mas, dentro dessa perspectiva histórica, passará a depender também da forma como os objetivos do setor da pequena produção aproximam-se dos objetivos da classe operária, concentrada nas grandes empresas agrícolas e nos grandes centros urbanos.

Por conseguinte, a análise do capital viabilizado pelo Estado, ocasionando a manifestação das lutas dos pequenos produtores, deverá ser enfocada a partir do quadro histórico de formação da estrutura de produção sob o domínio da acumulação capitalista a nível internacional.

6. INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

6.1. REFERENCIADAS*

ACKOFF, Russel L.. Planejamento de Pesquisa Social. São Paulo, Herder/EDUSP, 1967.

ASTI VERA, Armando. Metodologia da Pesquisa Científica. Porto Alegre, Globo, 1976.

AUED, Bernadete Wrublewski. A Vitória dos Vencidos (Partido Comunista Brasileiro - PCB e Ligas Camponesas 1955 - 64). Dissertação de Mestrado. Campina Grande, 1981. (Mímeo).

AZEVEDO, Fernando Antônio. Ligas Camponesas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

BAIARDI, Amilcar. A Penetração do Capitalismo na Agricultura e a Reforma Agrária. Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA, Campinas, nº 01, jan/fev - 1982.

CASTRO, Antônio Barros e LESSA, Carlos Francisco. Introdução à Economia - Uma Abordagem Estruturalista. Rio de Janeiro, Forense, 1964.

CASTRO, Cláudio de Moura. A Prática da Pesquisa. São Paulo, McGrawhill do Brasil, 1978.

* Representa todo o material já utilizado neste trabalho, quer como citações, quer como contraposição, quer como identidade de análise.

CERVO, Amado Luiz & BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia Científica; para Uso dos Estudantes Universitários. 2. ed. São Paulo, McGrawhill do Brasil, s. d.

CONTAG. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Encontro sobre os Conflitos de Terra. Relatório, Brasília - DF, out-81.

DEMO, Pedro. Metodologia Científica em Ciências Sociais. São Paulo, Atlas, 1981.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DA PARAÍBA. Coordenadoria de Estudos e Pesquisas. Populações de Baixa Renda: Origem e Aspirações. João Pessoa, 1983.

FURTADO, Celso. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. 6.ed. São Paulo, Editora Nacional, 1970.

GOMEZJARA, Francisco A. La Lucha Por la Tierra Debe Convertirse em Lucha contra el Capital. Separata, Mexico, In: Críticas de La Economia Política (Revista) La Question Agrária. México. DF, oct - 1977.

GOODE, William J. & HATT, Paul K. Métodos em Pesquisa Social. 2. ed. São Paulo, Editora Nacional, 1968.

_____. 3. ed. 1969.

GRAMSCI, Antônio. Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1978.

GUTELMAN, Michel. Structures et Réformes Agraires Instruments pour l'Analyse. Paris, FM/Petite Maspero, 1979.

HIRSCH, Joaquim. Elements pour une Theorie Materialiste de l'Etat. In: VINCENT et alii. L'Etat Contemporain et le Marxisme. Paris, François Maspero, 1975.

HOBSBAWM, Eric J. A Era das Revoluções: Europa 1788 - 1848. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

_____. A Era do Capital: 1848 - 1875, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

_____. Introdução a MARX, Karl. Formações Econômicas Pré-Capitalistas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

JOHNSTON, Bruce F. & MELLOR, Jonh W. El papel de la Agricultura en el Desarrollo Economico. s. n. t. (xerox).

JOLLIVET, Marcel. O Lugar dos Camponeses na Estrutura de Classe: Algumas Reflexões Gerais a partir de um Caso Particular. In: Rev. Raízes, Ano I, nº 1, Campina Grande, jul/dez - 1982.

KAPLAN, Abraham. A Conduta na Pesquisa; Metodologia para as Ciências do Comportamento. São Paulo, Herder/EDUSP, 1969.

KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. Clássicos do Socialismo, (v. 03). Rio de Janeiro, Gráfica Editora Laemmert S.A., 1968.

_____. O Caminho do Poder. São Paulo, HUCITEC, 1979.

KEY, Geoffrey. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento: Uma Análise Marxista, Civilização Brasileira, s. n. t., (xerox).

KOPNIN, Pável Vassilyvitch. A Dialética como Lógica e Teoria do Conhecimento. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S. A., 1978.

LÊNIN, Vladimir Ilich Ulianov. A Transformação Socialista da Agricultura. Biblioteca do Socialismo Científico. Lisboa, Editorial Estampa, 1975.

_____. Capitalismo na Agricultura nos Estados Unidos da América - Novos Dados sobre as Leis de Desenvolvimento do Capitalismo na Agricultura. São Paulo, Editora Brasil Debates. 1980.

_____. El Desarrollo del Capitalismo en Rússia - El Proceso de La Formacion de un Mercado Interior para la Gran Indústria. Barcelona, Editorial Ariel. s. d. (xerox).

_____. O Capitalismo na Agricultura. (O livro de Kautsky e o Artigo do Senhor Bulgákov) - In: GRAZIANO da Silva, José F. & STOLCKE, Verena, (Organizadores). A Questão Agrária. São Paulo, Editora Brasiliense, 1981.

_____. O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo. In: Obras Escolhidas v. 1. São Paulo, Editora Alfa - Omega, 1979.

_____. O Programa Agrário da Social Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905 - 1907. São Paulo. Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

LEWIS, W. Artur. O Desenvolvimento Econômico com Oferta Ilimitada de Mão-de-obra. In: A GARWALA, A. N. & SNIGH, A Economia do Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Forense, 1970.

MARX, Karl, Formações Econômicas Pré-Capitalistas. Rio de Janeiro, Paz e Terra S/A, 1977.

_____. O Capital - Crítica da Economia Política. Livro 1, O Processo de Produção do Capital, v.01., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

_____, & WERKE, Friedrich Engels. A Ideologia Alemã. (Feuerbach). 3.ed. São Paulo, Livraria Ciências Humanas, 1982.

_____, & WERKE, Friedrich Engels. Manifesto do Partido Comunista. In: Textos, v. 03. São Paulo, Editora Sociais, 1977.

MATHIAS, Gilberto. Critique des Théories "Exogénéistes" et "Endogénéistes" du Sous - Développement: Les spécificités de L'Etat et des Régimes d'Accumulation en Amérique Latine. - Thèse de Doctorat (Troisième cycle), Paris, France, 1983, (Mimeo).

- _____, & SALAMA, Pierre. O Estado Super Desenvolvido - das Metrôpoles ao Terceiro Mundo - (Ensaio sobre a Intervenção Estatal e sobre as Formas de Dominação no Capitalismo Contemporâneo). São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.
- MELLO, Maria da Conceição D'Incao e. O "Bóia Fria" Acumulação e Miséria. 4. ed. Petrópolis. Vozes, 1976.
- POPPER, Karl S. A Lógica da Pesquisa Científica. 2. ed. São Paulo, Cultrix, 1975.
- _____. A Lógica das Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978.
- _____. Conjecturas e Refutações. Brasília, Universidade de Brasília, s. d.
- _____. Conhecimento Objetivo; uma Abordagem Revolucionária. São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1975.
- PRADO Jr., Caio. Dialética do Conhecimento. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1960.
- REFORMA AGRÁRIA. Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA. Ano VII, jul/ago, 1977, nº 04. Ano X, mar/abr, 1980, nº 02.
- RUDIO, Franz Victor. Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica. 3. ed. Petrópolis, Vozes, 1980.

RUMMEL, J. Francis. Introdução aos Procedimentos de Pesquisa em Educação. 3. ed. Porto Alegre, Globo, 1977.

SCHRADER, Achim. Introdução à Pesquisa Social Empírica; um Guia para o Planejamento, a Execução e a Avaliação de Projetos de Pesquisa não Experimentais. 2. ed. Porto Alegre, Globo/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1974.

SCHULTZ, Teodore W. A Transformação da Agricultura Tradicional. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.

SELLTIZ C. et alii. Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais. 2. ed. São Paulo, Herder/EDUSP, 1967.

SINGER, Paul. Desenvolvimento e Crise. São Paulo, Difusão Européia do Livro, s. n. t. (xerox).

SUDENE. Superintendência Adjunta de Desenvolvimento Social e Infra-estrutura. Proposições de Política Social para o Nordeste. Recife, SUDENE, 1983.

WIRTH, Margaret. Contribution à la Critique de la Théorie du Capitalisme Monopoliste d'Etat In: VINCENT. Op. cit.:

OUTRAS FONTES:

A UNIÃO, João Pessoa (jornal diário). Secretário explica causas dos conflitos de terra. 17/out/1981.

FOLHA DE SÃO PAULO (jornal diário). Os conflitos pela terra são mais de mil afirma a CNBB. 09/set/1982.

O CRUZEIRO (revista quinzenal). Refazendo Alagamar. Na Paraíba o que seria o maior foco de agitação rural tornou-se espécie de modelo experimental da reforma agrária no Brasil. 2^a quinz. de maio de 1980.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO (jornal diário). Cooperativa elimina tensão social na Paraíba. Cooperativismo é justiça social. 13/abr/1980. Alagamar receberá projeto da SUDENE 03/mai/1980.

6.2. CONSULTADAS*

BARRIGHEELI, José Cláudio et alii. Questão Agrária no Brasil: 1870 a 1975. São Paulo, Centro de Educação e Ciências Humanas Universidade Federal de São Carlos, 1979, (Mimeo).

_____. A Questão da Questão. s. n. t. (Mimeo).

BESKOW, Paulo Roberto. Agricultura e Capitalismo no Brasil, In: Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, nº 19, jan - 1980.

BOSERUP, Ester. Las Condiciones del Desarrollo en la Agricultura. Madrid, Editora Tecnos, 1967.

BRUNHOFF, Suzanne de. Crise Econômica e Crise do Estado. In: Poulantzas, Nicos (sob a direção de) - O Estado em Crise, s. n. t. (xerox).

CARDOSO, Fernando Henrique. Aspectos Políticos do Planejamento. In: LAFER, Betty Mindlin. Planejamento no Brasil. 3. ed. São Paulo, Editora Perspectiva S/A, 1975.

_____. Autoritarismo e Democratização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

* Material em processo de análise e interpretação para possível uso na continuidade do trabalho (já fichado).

CARVALHO, Abdias Villar de. A Igreja e os Problemas da Terra. In: Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA, ano X, nº 2.

CELLER, Lucio Osvaldo. Reforma Agrária: Confisco ou Desapropriação? Cadernos do CEAS. Salvador, nº 16, dez - 1971.

CHAYANOV, Alexandre. Sobre la Teoria de los Sistemas Económicos en el Capitalismo. In: Cuadernos Politicos. jul/set - 1975.

COSTA, Emília Viotti da. Política de Terras no Brasil e nos Estados Unidos. In: Revista de História. s. n. t. (xerox).

DUARTE, João Carlos & QUEDA, Oriowaldo. Agricultura e Acumulação. In: Debates e Crítica. São Paulo, HUCITEC, jan/jun - 1974.

ESTEVA, Gustavo. ¿y si los Campesinos Existen? Comércio Exterior. Mejioco-DF, nº 06, jun - 1978.

FERREIRA, Joaquim Pedro. Volantes. - O Capitalismo no Campo. Movimento nº 17, out - 1975.

FURTADO, Celso. A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

_____. Formação Econômica do Brasil. São Paulo, Editora Nacional, 1972.

GARCIA Jr, Afrânio Raul. Terra de Trabalho: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores. Rio de Janeiro, UFRJ - Museu Nacional, 1975. Tese (Mímeo).

GONZALES, Elbio N. & BASTOS, Maria Inês. O Trabalho Volante na Agricultura Brasileira. In: PINSKY, Jaime. (org.) Op. cit.:

GRAZIANO DA SILVA, José F. A Abordagem Política da Reforma Agrária. Jornal do Engenheiro Agrônomo nº 89, jul - 1978.

_____. A Lenta e Dolorosa Modernização da Agricultura. In: Jornal do Engenheiro Agrônomo nº 89, jul - 1978.

_____. A Questão Agrária no Brasil In: Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA. Campinas, ano VII, nº 06, nov/d4z - 1977.

_____. (Coord.) Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira, Botucatu, Departamento de Economia Rural, 1977 (xerox).

_____. (Coord.) Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira, São Paulo, HUCITEC, 1978.

_____. O que é Questão Agrária. Coleção Primeiros Passos. São Paulo, Brasiliense, 1980.

_____. Para onde vai a Agricultura? In: Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, abr - 1979.

_____. Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura, Campinas, UNICAMP, 1980, Tese (Mimeo).

_____. & Queda, Oriowaldo. Distribuição da Renda e Posse da Terra na Produção e Consumo de Alimentos. In: PINSKY, Jaime. (org.) Capital e Trabalho no Campo, São Paulo, HUCITEC, 1977.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio. 4. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

_____. O Complexo Agro-industrial no Brasil - Jornal Opinião. 21/nov - 1975 e 05/nov - 1976.

HOFFMANN, Rodolfo. A Distribuição de Renda e a Distribuição de Terra. In: Jornal do Engenheiro Agrônomo nº 89, jul - 1978.

IANNI, Octavio. Relações de Produção e Proletarização Rural. In: SZMRECSANYI, Tamás & QUEDA, Oriowaldo. Vida Rural e Mudança Social: Leituras Básicas de Sociologia Rural: 2. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976.

_____. Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970). Civilização Brasileira.

KAGEYAMA, Angela & GRAZIANO DA SILVA, José F. Progreso Técnico e Subordinação do Trabalho ao Capital na Agricultura. In: Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA. Campinas, Ano X, nº 04/05, jul/ago/set / out - 1980.

LAUSCHNER, Roque. Agro-indústria y Desarrollo Economico. Santiago, 1975.

_____. Industrialização de Produtos Agrícolas. In: Executivo. Porto Alegre, jul/set - 1978.

LÊ CHÂU. Del Feudalismo al Socialismo: La Economía de Vietnam - del Norte (El mundo del hombre. Economía y demografía). Siglo Venintiuno. Editores, s. d.

MANDEL, Ernest. Teoria Marxista do Estado. Lisboa, Editora Antídoto, 1977.

MANTEGA, Guido & MORAES, Maria. A Economia Política Brasileira em Questão, 1964 - 1975. Cadernos do Presente, São Paulo, Editora Aparte, nº 1, 1979.

MARTINS, José de Souza. Expropriação e Violência. (Série Linha de Frente) Editora HUCITEC. s. d. (xerox).

MARTINEZ, Mirelle P. L. & RENDON, Teresa. Fuerza de Trabajo y Reproducion Campenisa. Comércio Exterior, Mejico - DF, nº 06, jul. - 1978.

MEIRELES, Augusto Plínio. As Ações Administrativas e Participação Social em Cooperativa Agropecuária. Um estudo de caso em Minas Gerais. Dissertação apresentada à Escola Superior de Agricultura de Lavras - Curso de Administração Rural - 1981.

METCALF, David. La Economía de la Agricultura. Alianza Universidad. Curso de Economía Moderna, 1969.

OLIVEIRA, Francisco de. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. In: Coleção CEBRAP/1, Editora Brasileira de Ciências, 1975.

_____. A Economia da Dependência Imperfeita, Rio de Janeiro, Graal, 1977.

PAIVA, Rui Miller. A Agricultura no Desenvolvimento Econômico suas Limitações como Fator Dinâmico - Série Monográfica nº 30 IPEA/INPES - Gráfica Vitória, s. d.

PALMEIRA, Moacir. Latifundium et Capitalisme: Lecture Critique d'un Débat. Université de Paris, Faculté de Lettres et Science Humaine, 1971, Tese (Mimeo).

PINHO, Benevides D. A. Doutrina Cooperativa nos Regimes Capitalista e Socialista. 2. ed. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1966.

PRADO Jr., Caio. A Questão Agrária. São Paulo, Brasiliense, 1979.

_____. A Revolução Brasileira. 8. ed. São Paulo, Brasiliense, 1979.

_____. História Econômica do Brasil. 5. ed. São Paulo, Brasiliense, 1959.

_____. Nova Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil. Revista Brasiliense, 1962.

_____. O Problema Agrário Brasileiro. Reforma Agrária nº 6, nov/dez - 1977.

RÊGO, Rubem Murilo Leão e Silva & SÉRGIO S. Itaici. A Questão Agrária à Luz da Doutrina Social da Igreja. In: Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA, Ano X, nº 2.

SÁ Jr, Francisco. O Desenvolvimento da Agricultura e a Função das Atividades de Subsistência. Seleções CEBRAP nº 1, 1975.

SALAMA, Pierre. El Imperialismo y la Articulacion de Los Estados Nacion en América Latina. In: Criticas de La Economía Política. Edicion Latinoamericana. s. n. t.

SAMPAIO, Yony de Sá Barreto & FERREIRA IRMÃO, José. Emprego e Pobreza Rural. Recife, Curso de Mestrado em Economia - UFPE, 1977.

SARAIVA, M. L. Ivony - Cooperativa de Sisal Sociedade Anônima. Dissertação apresentada à Coordenação do Curso de Mestrado em Economia Rural, do Centro de Humanidades - UFPB - Campus II, Campina Grande, 1981, (Mimeo).

SILVA, José Gomes da & PINTO, Luiz Carlos Guedes. Reforma Agrária: A Solução para o Problema do "Bóia-fria". Cadernos do CEAS. Salvador, nº 54, mar/abr - 1978.

SILVA, José Guedes da. Volantes - E a Reforma Agrária? Movimento, nº 17, out - 1975.

SILVA, Sérgio. As Forças Progressistas e a Questão Agrária. Jornal do Engenheiro Agrônomo, nº 89, jul - 1978.

_____. A Capitalização da Renda da Terra e a Especulação. Jornal do Engenheiro Agrônomo, nº 89, jul - 1978.

_____. Formas de Acumulação e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo. In: PINSKY, Jaime. Op. cit.:

_____. Agricultura e Capitalismo no Brasil. In: Contexto nº 1, nov - 1976.

SINGER, Paul. Agricultura e Desenvolvimento Econômico. In: SZMRECSANYI, Tamás & QUEDA, Oriowaldo. Op. cit.:

_____. Capital e Trabalho no Campo. In: PINSKY, Jaime. (org.) Op. cit.:

SOARES, Glaúcio Ary Dillon. A Questão Agrária na América Latina. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

SORJ, Bernardo. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira, Rio de Janeiro, Zahar. 1980.

_____. A Reforma Agrária na Realidade Atual Brasileira . s. n. t., (Mímeo).

SPERB, Victor Hugo & CERRI, Cláudio. A Fronteira Fechada - Coojornal, nº 38, fev - 1979.

SZMRECSANYI, Tamás. A Divisão Regional e a Expansão da Fronteira. Jornal do Engenheiro Agrônomo, nº 89, jul-1978.

VELHO, Otávio Guilherme. A Própolis de Terra e Igreja In: Encontros com a Civilização Brasileira, nº 22.

VINHAS, Moisés. Problemas Agrário-Camponeses do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. O Capital e a Propriedade Fundiária. Jornal do Engenheiro Agrônomo, nº 89, jul-1978.

_____. O Camponês: Um Trabalhador para o Capital; Versão preliminar para discussão. Campinas, UNICAMP, 1979, (Mímeo).

WOLF, Eric R. Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

_____. Revoluções Sociais no Campo. In: SZMRECSANYI, Tamás & QUEDA, Oriowaldo. Op. cit.:

OUTRAS FONTES:

Depoimentos

Documentos de Cartórios

6.3. A CONSULTAR*

BUCI-GLUKMANN, Cristinne. Gramsci e o Estado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

CARVALHO, João Carlos M. de. Camponeses no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1978.

CASTEX, Patrick. Voie Chilienne au Socialisme et Lutttes Paysannes. Paris, François Maspero, 1977.

CPDA/EIAP/FGV - Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira, Brasília, BINAGRI, 1979.

CPDA/SUPLAN - Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira. Relatório Regional - Região Nordeste (Versão Preliminar), Brasília, 1978.


DOCKÈ, Pierre. A Internacional do Capital, Rio de Janeiro, Zahar, 1976.


ENGELS, Friedrich. As Guerras Camponeses na Alemanha. Lisboa, Editora Presença, 1975.


FURTADO, Celso. O Brasil Pós-Milagre. 7. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, José F. (Coord.) Diferenciação Camponesa e Mudança Tecnológica: O Caso dos Produtores de Feijão em São Paulo. Campinas, UNICAMP, set - 1983.

* Esta relação corresponde a uma proposta passível de modificação a partir de sugestões.

_____. Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura Paulista, v. I e II. Campinas, 1980 (Mimeo). 

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. A Morada da Vida. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 

IANNI, Octavio. A Luta pela Terra. Petrópolis, Vozes, 1978. 

KAGEYAMA, Angela. O Emprego Temporário na Agricultura Brasileira: seus Determinantes e sua Evolução Recente, In: Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Campinas, nº 05, set/out - 1982.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. A Questão da Terra na Paraíba, 1970 - 1980 (flashes) In: Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Campinas, nº 05, set/out, 1983.

LARANJEIRA, Raymundo. A Necessidade de Reforma Agrária no Brasil e o Programa Nacional de Política Fundiária, In: Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Campinas, nº 04, jul/ago, 1983.

LÊNIN, Vladimir Ilich Ulianov. A Questão Agrária e os Críticos de Marx. Rio de Janeiro, Editora Calvino, 1945.

_____. Teses de abril. In: Perspectiva Internacional (Revista) nº 02. s. n. t.

PINTO, Lúcio Flávio. Finalidades e Atuação do Ministério da Terra, In: Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Campinas, nº 04, jul/ago - 1983.

SANTOS FILHO, José dos Reis. Notas sobre as Lutas pela Posse da Terra, In: Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Campinas, nº 03, maio/jun - 1982.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Movimentos Camponeses no Sul. Produto e Terra (1978 - 1981), In: Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Campinas, nº 03, maio/jun - 1982.

VINHAS, Moisés. A Terra o Homem as Reformas. Rio de Janeiro, Graal, 1980.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Buadel. Capital e Propriedade Fundiária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

WOLF, Eric R. As Guerras Camponesas no século XX. São Paulo, HUCITEC, 1978.

APÊNDICE

APÊNDICE*

TENTATIVA DE PERCEPÇÃO DA REALIDADE

I. PROCEDIMENTOS UTILIZADOS

Há linhas de pesquisa que geralmente encaminham e acompanham um trabalho científico dentro de determinados padrões e modelos cujo esquema condicionado pelo enunciado, posto claro, de um problema, como parte de definição do objeto de estudo, servirá de base para: - levantamento da literatura; - formulação de hipóteses; - explicação das variáveis e indicadores; - construção de um quadro conceitual (a).

* Estes elementos foram considerados importantes para compreensão do método de estudo seguido. Deixaram de ser inseridos no próprio texto para não interromper sua forma de abordagem nem sobrecarregá-lo.

- (a) Um maior aprofundamento pode ser encontrado em:
- ACKOFF, Russel L. Planejamento de Pesquisa Social. São Paulo, Herder/EDUSP, 1967.
- ASTI VERA, Armando. Metodologia da Pesquisa Científica. Porto Alegre, Globo, 1976.
- CASTRO, Cláudio de Moura. A Prática da Pesquisa. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1978 a.
- CERVO, Amado Luiz & BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia Científica; para Uso dos Estudantes Universitários. 2.ed. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1978.
- GOODE, William J. & HATT, Paul K. Métodos em Pesquisa Social. 2. ed. São Paulo, Nacional, 1968.
- KAPLAN, Abraham. A Conduta na Pesquisa; Metodologia para as Ciências do Comportamento. São Paulo, Herder/EDUSP, 1969.
- POPPER, Karl S. A Lógica da Pesquisa Científica. 2. ed. São Paulo, Cultrix, 1975a.
- RUDIO, Franz Victor. Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica. 3. ed. Petrópolis, Vozes, 1980.
- RUMMEL, J. Francis. Introdução aos Procedimentos de Pesquisa em Educação. 3. ed. Porto Alegre, Globo, 1977.
- SCHRADER, Achim. Introdução à Pesquisa Social Empírica; um Guia para o Planejamento, a Execução e a Avaliação de Projetos de Pesquisas não Experimentais. 2.ed. Porto Alegre, Globo/Univer - sidade Federal do Rio Grande do Sul, 1974.
- SELLTIZ, C. et alii. Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais. 2.ed. São Paulo, Herder/EDUSP, 1967.

Uma justificativa para toda esta montagem é uma condução dirigida da pesquisa, além de uma visão de conjunto das possíveis questões que venham a emergir ao longo desse processo. Assim definida e montada a esquematização, opera-se o desdobramento do trabalho.

O postulado que se constituiu aqui, primeiro fundamento sob o qual passou a ser planejada a investigação, é que

"... toute activité humaine et tout produit de l'activité humaine peuvent se ramener à l'analyse des rapports sociaux qui en sont à l'origine (b).

Sendo esse axioma já reconhecidamente aceito, sem necessidade de que viesse a ser demonstrado, pôde-se considerar esclarecido o campo específico de conhecimento e, passar à definição e delimitação da matéria a ser estudada.

Nesse sentido, optou-se por considerar a expansão do capital como objeto de estudo a partir de uma intervenção do Estado numa situação concreta. Elegeu-se como problema primordial e ponto de partida um acirrado e prolongado conflito pela terra.

Neste caso, a narrativa de litígios, violências, tentativas de expulsão, resistência e disforços serviu, antes de tudo, para permitir a apreensão da essência do fenômeno: da atuação do Estado e do avanço do capital.

Para tanto, buscou-se o aprofundamento da realidade concreta, refletindo sobre a literatura - que se conhecia - existente sobre o assunto, como também procurou-se extrair, desse estudo da bibliografia o referencial teórico que comporta as "categorias" imprescindíveis à mediação no pro-

(b) GUTELMAN, Michel. Structures et Réformes Agraires. Instruments pour l'Analyse FM/petite maspero, Paris, 1979, p. 08.

cesso de conhecimento (c).

De início, consultas a obras de estudiosos recentes deixaram evidentes grandes divergências entre eles, resultando, para melhor compreendê-las e possibilitar um posicionamento, na necessidade de uma retomada de autores clássicos, cujas concepções contribuíram fundamentalmente para dirigir o debate sobre esta questão desde quando des-pontou.

Neste processo, emergiu, a partir daí, uma forma de interpretar as diferenças originais, mostrando, até certo ponto, a conveniência de ultrapassá-las. Esta interpretação utilizou, como embasamento teórico, a análise de alguns autores recentes, não só pela sua profundidade especulativa e extensão de sua experiência, mas, sobretudo, pela identificação com os seus pontos de vista, expostos com clareza e logicidade em seu raciocínio.

Em se observando esses critérios, tomou-se a posição consciente de eleger três autores*, procurando discernir suas maneiras de discutir o problema, relacionando com ela novas proposições. Estas, onde se alicerçou a presente proposta, foram buscadas em cinco autores mais recentes**.

Sabia-se que, ao limitar dessa maneira o estudo sistematizado da bibliografia sobre o assunto, estava-se deixando de utilizar o levantamento sobre outros autores que, por exemplo, analisando a realidade brasileira, muito têm contribuído para o avanço dos debates***. No entanto, essa restrição foi apenas uma forma encontrada para possibilitar, neste trabalho, o necessário aprofundamento teórico.

(c) LÊNIN, Vladimir Ilch Ulianov. O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo. IN obras escolhidas v. 1, Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1979, p. 641.

* KAUTSKY, LÊNIN e MARX.

** GOMEZJARA, HOBSBAUWM, JOLLIVET, MATHIAS e SALAMA.

*** Usados como subsídio para a análise do caso concreto, evidenciando-se em que se contrapõem ou em que se identificam com os pontos de vista expressos neste trabalho.

À busca de elementos bibliográficos, seguiu-se a formulação de suposições básicas, que, ainda não comprovadas, foram adotadas, como fio condutor do estudo. Ou seja, à medida que se analisava o exemplo concreto, se verificava a validade do significado atribuído pela autora ao papel do Estado e ao capital no seu processo de expansão.

Por conseguinte, uma hipótese fundamental norteou este trabalho. Considerando o Estado ligado organicamente ao capital, parte integrante dessa relação social e, de tal maneira, influenciando diretamente sobre a própria acumulação (d), por outro lado, concebe o capital (relação social) viabilizado pelo Estado, dominando e determinando a sociedade e a agricultura, sem necessariamente expropriar por completo e proletarianizar, no seu processo de expansão, os pequenos produtores agrícolas.

Abrindo um parentêses para introduzir uma nova linha de raciocínio na explanação, através de um corte epistemológico, convém aqui relembrar o postulado sobre o qual se firmou este estudo. O seu objeto de conhecimento poderia ser reconduzido à análise das relações sociais que estão na sua origem. Sendo essas relações sociais, histórica e logicamente dialéticas, considerando-se a analogia entre o mundo real e o processo de conhecimento, a própria apreensão da realidade deveria ser buscada através do método dialético (e). Em assim sendo, identificar-se-iam as contradições e, a seguir, a forma de "resolvê-las" (tese, antítese, síntese) (f).

(d) MATHIAS e SALAMA. Op. cit.: O Estado ... p. 50.

(e) KOPNIN, Pável Vassilyevitch. A Dialética como Lógica e Teoria do Conhecimento. Editora Civilização Brasileira S/A, Rio de Janeiro, 1978, p. 95.

(f) DEMO, Pedro. Metodologia Científica em Ciências Sociais. São Paulo, Atlas, 1981 p.156. "Usa-se basicamente o esquema simplificado e modular de tese, antítese e síntese. (...) toda síntese se constitui numa

Procedendo essa explicação com finalidade de didascálica, pode-se estabelecer a relativa correspondência entre as concepções explicitadas em algumas obras clássicas, quanto à linearidade do desenvolvimento do capitalismo, que, enquanto concreto pensado e ponto de partida (a nível teórico), foram consideradas aqui como "tese" (privilégio do método dialético).

Segundo a compreensão de Maria de Conceição D'Incao e Mello,

"(...) cada novo conhecimento adquirido, como resultado do esforço conjugado de reflexão teórica e observação da realidade, exige uma nova volta à realidade observada, em busca de um conhecimento mais profundo da mesma; de outro lado, cada nova realidade percebida exige uma retomada do conhecimento existente, como elemento mediador do conhecimento, ao nível do concreto da referida realidade(...)" (g).

Por esse processo, um retorno ao estudo teórico permitiu divisar uma explicação multilinear do desenvolvimento do capitalismo ao longo da produção de Marx. Isto foi percebido de uma forma precursora através de uma evolução de seu raciocínio à medida que se transformava a própria realidade. Na obra de Kautsky e na de Lênin, encontrou-se também uma antevisão da multilinearidade, muito embora, recaiam numa visão linear nas suas conclusões*. Esta concepção de várias vias para a expansão do capital, fortalecida, com-

tese seguinte, (...). A especialidade da dialética esta contida em última análise no conceito de antítese, que a qualifica essencialmente de negativa (...).

(g) MELO, Maria da Conceição D'Incao e O "Bóia Fria" - Acumulação e Miséria. Petrópolis, Vozes, 3. ed, 1976, p. 19.

* Sobre a concepção multilinear, em Marx, ver desenvolvimento desde

plementada e, de certa maneira, excedida, pelos autores que propiciaram a fundamentação teórica a este trabalho, correspondeu a antítese.

Aproximadamente na mesma direção, procedeu ainda a autora:

"(...) Este conjunto teórico seria tomado como uma espécie de hipótese e garantiria o necessário caráter mais sistemático da observação que se faria a seguir, ao mesmo tempo que orientaria a busca do conhecimento da realidade ao nível do concreto. Eventualmente, poderia testar o conhecimento teórico utilizado" (h).

Neste caso, a formulação das suposições principais e a tentativa de esclarecê-las funcionou como a procura da síntese. A forma de resolução da contradição entre a aparência e a essência da ação do capital e do Estado no mundo real, exemplificada pelo conflito, permitiu perceber a resolução da contradição entre a tese e a antítese no processo de conhecimento.

A dialética sempre identificou determinados instantes no processo factual da realidade concreta. Nisto, alicerçou-se a construção do próprio método.

"(...) a dialética, enquanto método científico é forte, justamente, por considerar mais importante o movimento no sentido de resultados objetivo - verdadeiros" (i).

a chamada 42 - 51 (páginas:), em Kautsky, da chamada 72 - 77 (páginas:), em Lênin, da chamada 102 - 106 (páginas:).

(h) MELO, Op. cit.: O Bóia Fria ... p. 22.

(i) KOPNIN, Op. cit.: A dialética ... p. 95 - 99.

Aqui, se torna oportuno lembrar que Engels, comparando a economia marginalista com a economia política ("crítica"), entra na questão do método, afirmando que se pode alcançar resultados similares - embora em forma de conhecimento vulgar - utilizando, ao invés da análise dialética, o caminho da teoria marginal (j).

Fechando o parênteses, após os necessários esclarecimentos, pode-se retomar o discorrer formal dos procedimentos tradicionais num trabalho de pesquisa social, sem esquecer contudo, que todo "esforço de formalização sempre deforma um tanto a realidade"*

A essa altura do processo, pelo caminho convencional, seria necessário definir conceitos operacionais e mensuráveis correspondentes às variáveis contidas na hipótese. Entretanto, considerando-se as relações sociais que, em última instância, dizem respeito às determinações expressas pelas "categorias" (Estado e Capital, por exemplo), apesar de ser possível, através de hipóteses, formular uma interação dialética entre elas, permanece difícil torná-las passíveis de quantificação.

(j) ENGELS, Apud GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da História*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978, p. 316. "(...) é preciso insistir sistematicamente (sic) sobre o fato que que a economia ortodoxa trata dos mesmos problemas, em outra linguagem, devendo-se demonstrar esta identidade dos problemas tratados, bem como que a solução crítica é superior: em suma, é necessário que os textos sejam sempre "bilíngües" - o texto autêntico e a tradução "vulgar" ou de economia liberal ao lado, ou interlineada (...)"

* Conf. MELLO. Op. cit.: p. 21.

Os dados numéricos, tais como: de área geográfica (cenário do conflito), do valor dos investimentos, créditos, subsídios, etc., funcionaram apenas complementarmente. Eles não teriam sido suficientes para transformar os "fatores", partes integrantes da relação social, em classificações medidas ou valores correspondentes às variáveis contidas na hipótese.

Todavia, uma abstenção, deliberada, de levar em conta toda a complexidade da inter-relação dinâmica e contraditória, que se supôs existente na raiz do conflito, possibilitou que, a partir da hipótese central, se considerasse, atendendo aos padrões convencionais, como "variável dependente" (do Estado) a acumulação capitalista. E, num segundo momento, o capital como "variável independente" determinante das tentativas de modificação e/ou adaptação das relações de produção no campo.

A fase seguinte deveria constar da definição de "indicadores" empíricos que permitissem determinar e explicitar o funcionamento das "variáveis" acima referidas. Contudo, convém ressaltar que tais elementos, possuindo a capacidade de identificação de um fenômeno, revelam-se insuficientes diante dos objetivos de se compreender um processo, pondo em risco a visão de conjunto de uma determinada realidade concreta, podendo condicionar um resultado circunscrito a flashes de parcelas dessa realidade. Como diz Maria da Conceição D'Incao e Mello:

"(...) a preocupação com a eleição de indicadores não faz sentido, uma vez que nesta realidade concreta não há jamais elementos puros insolúveis, mas manifestações articuladas de forças e de elementos que se podem conhecer, mas não apanhar empiricamente(...)"
(1).

(1) Id., *ibid.*, p. 21.

Feitas as devidas ressalvas, prosseguiu-se, fixando para levantamento e estudo os seguintes "indicadores": - intervenções diretas do Estado, através de crédito, subsídios, projetos especiais, assistência técnica, indução ao uso de insumos e implementos, cooperativa, entre outros; - intervenções indiretas, referentes a manifestações de apoio a expulsões ou a tentativas de expulsão de pequenos produtores; - implantação (ou diligências preliminares para implantação, embora não efetivada) de empresas capitalistas; ou congêneres, como: tecnificação e capitalização dos imóveis, redirecionamento de cultivo correspondente à modificação no como e no que se produz; expulsões e expropriações levadas a efeito, ou pelo menos intentadas no local em estudo; - efeitos correspondentes sobre os pequenos produtores agrícolas em termos de modificações ocorridas em suas condições de vida e trabalho.

Prosseguindo: estabelecendo e assegurando as condições preliminares necessárias à continuidade da investigação sistemática do processo - objeto científico, iniciou-se a explicitação dos termos de referência utilizados na análise.

Esses deveriam ser necessariamente correlacionados, segundo o pressuposto da análise, às relações sociais de produção que correspondem, em última instância, às, no dizer de Marx, "múltiplas determinações" da realidade histórica.

Utilizando termos teóricos, chaves para o entendimento do processo, através da observação, da interpretação e da análise (de fatos significativos e de depoimentos dos diversos agentes envolvidos) pôde-se chegar à essência daquelas determinações, através de abstrações da realidade empírica.

Coerente com o caminho escolhido, considerou-se mais importante, ao conceituar aqueles termos, por sua vez historicamente situados, comunicar a percepção de interações que ocorrem no mundo real, explicitando a essência de suas

partes componentes, mais do que, tornando-os operacionáveis.

Isto posto, passou-se à conceituação:

Capital - relação social que abrange, a nível econômico, de um lado, a força de trabalho e de outro, os meios de produção. A nível político, situam-se, em cada pólo, os respectivos proprietários daqueles dois tipos de mercadorias. Em ambos os níveis, os dois pólos, a um só tempo opostos e complementares, interagem dialeticamente ao longo da história, segundo uma lógica própria, condicionando o avanço da sociedade (capitalista). Essa relação origina-se e alimenta-se da expropriação e da exploração - no caso, no meio rural - da força de trabalho, única mercadoria capaz de gerar valor - propagando-se através da dominação e determinação emanadas dessa necessidade de realimentação (busca da mais-valia). O capital, ao necessitar se expandir no meio rural, segundo a sua lógica e condições históricas, adapta e/ou modifica e não necessariamente extingue, as formas de produção encontradas.

Estado - parte integrante das relações sociais de produção (produção - circulação - distribuição - consumo - produção - circulação - etc. ...) numa sociedade de classes, (cujos antagonismos e necessidades de auto-reprodução explicam o surgimento e a atuação dessa instituição). A forma, sob a qual o Estado se manifesta, é produto de circunstâncias históricas e, na sociedade capitalista, ele se acha interligado organicamente ao capital, sendo a garantia de sua valorização. Tendo assegurado, ao longo do tempo, a generalização das relações mercantis nos países ditos centrais. Como numa decorrência desse avanço do capital, o Estado capitalista de hoje torna exeqüível, nos países considerados periféricos, a expansão do capitalismo, que aí se dá de forma brusca e com violência.

Conflito - expressão concreta, localizada e tempora-

lizada das lutas de classe que impulsionam a transformação da sociedade (de classes) em constante efervescência. No caso específico deste trabalho, enuncia uma manifestação situada das lutas no campo, desencadeadas aparentemente pela terra. Estas, no entanto, no seu caráter intrínseco não são tão simples. Encontra-se, na sua essência, um potencial de luta contra o capital e, conseqüentemente, nas condições históricas em que ele é viabilizado pelo Estado, também contra esta instituição, enquanto promotora, garantidora e regeneradora do próprio capital.

Grandes Proprietários Rurais - aqueles que se apropriaram privatizadamente de parte do solo agrícola, possuindo o título de propriedade de um ou mais imóveis rurais de dimensões extensas em relação à área média da localidade, beneficiando-se - da elevação do preço da terra; da força de trabalho abundante e barata (seja imobilizada pela cessão de pequenas parcelas, seja total ou parcialmente expropriada, encontrando-se dentro do próprio imóvel, no primeiro caso e nas franjas da propriedade e/ou nas "pontas de ruas" das sedes e distritos dos municípios, no segundo) ; - ainda, dos subsídios, créditos e outras medidas governamentais que lhes reduzem os custos de produção. Poucas vezes residentes no próprio imóvel e/ou à frente de sua administração procuram, mesmo à distância, fazer prevalecer o cultivo de produtos com mercado garantido e preço relativamente elevado, a exemplo da cana e, no caso referido, sobretudo da pecuária. Essas culturas, extensivas, em geral implicam na suspensão da cessão da terra em forma de pequenos sítios, pela qual se transferiam os riscos de produção (como no cultivo anterior do algodão), assegurando, ao mesmo tempo, a transferência do custo de reprodução da força de trabalho imobilizada por meio da produção obtida nos roçados. Com a mudança de cultivo e/ou da forma de produzir, a racionalidade econômica passa a exigir expulsão de pequenos produtores não proprietários (que podem ou não voltar

a ser absorvidos posteriormente sob nova forma de relação de trabalho) e a recuperação da posse e uso da maior parte de superfície do imóvel.

Empresários Capitalistas - aqueles que, dispondo da posse e do uso de um grande imóvel rural, na condição de proprietários (mais comum na realidade estudada), ou de arrendatários capitalistas, promovem investimentos de capital para desenvolver atividades agropecuárias de corte capitalista, mediante assalariamento da força de trabalho, adoção de modernas tecnologias (com vistas à elevação da produtividade), produção para mercado (exemplos da cana e da pecuária), busca do lucro e da expansão do capital. Com este fito, promovem tentativas e execuções evidentes ou veladas, sob várias formas jurídicas e policiais - estas públicas e/ou privadas - de expulsões de pequenos produtores rurais. Neste empreendimento, conta com o apoio do Estado sob várias formas de intervenções diretas. São apoiados também através de projetos especiais*, créditos e financiamentos, subsídios, entre outros, em forma de intervenções indiretas na procura de implantação e/ou implementação de sua empresa.

Pequenos Produtores Rurais - agricultores que, detendo o título de propriedade ou a posse, administram uma unidade produtiva, de superfície e/ou volume de produção pequenos em comparação à média local. Têm forte ligação com a terra onde vivem e trabalham, adotando, preponderantemente a própria mão-de-obra familiar, cultivam quase sempre, produtos alimentares destinados a auto - subsistência, ou mesmo, outros, especificamente destinados à co-

* A área em estudo foi definida como prioritária pelo Programa Nacional do Alcool - PROALCOOL e pelo o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo às Agroindústrias do Norte e Nordeste - PROTERRA.

mercionalização (em feiras próximas), mantendo o objetivo de adquirir os alimentos de que necessitam. Dessa forma, conseguem, no máximo, reproduzir a própria força de trabalho e a de sua família.

Rendeiros (ou foreiros)* - também chamados arrendatários não capitalistas, são pequenos produtores rurais destituídos de título de propriedade mas que conseguem acesso a uma área mínima de terra mediante um contrato escrito ou verbal com seu proprietário por um tempo predeterminado, através de formas diversas de contrapartida, com base numa quantidade fixa, que, em tese, pode ser em trabalho, produto ou dinheiro, ocorrendo geralmente desta última forma, na realidade aqui referenciada. Através do pagamento do aluguel da terra, o proprietário consegue, com toda a segurança, auferir, parceladamente, a importância correspondente ao preço da terra, cuja posse e uso cedem mediante arrendamento, transferindo para esses pequenos produtores todos os riscos da produção. Além disso, os rendeiros agregam valor - trabalho aos produtos, quando o pagamento é feito sob esta forma, às forrageiras cultivadas em antigos roçados e a quaisquer benfeitorias realizadas. Eles representam ainda uma garantia da existência de força de trabalho disponível sempre que necessário.

Parceiros - pequenos produtores rurais desprovidos de um título de propriedade que obtêm acesso a uma pequena superfície de terra através de um contrato (verbal ou, raramente, escrito) com o seu dono, geralmente por tempo indeterminado, por um pagamento com parte de sua produção-me-

* As categorias de trabalhadores rendeiros - ou foreiros - parceiros, posseiros - ou moradores e assalariados temporários não são excluintes, mas, cada vez mais, complementares, na medida em que cada uma delas vai se tornando, gradativamente, menos capaz de propiciar a reprodução da força de trabalho, passando, por conseguinte, a funcionar como alternativa de integralizar o custo dessa reprodução.

tade (mais frequente), um terço, ou um quarto, o que é determinado antecipadamente. Como no caso de rendeiro, esse tipo de pequeno produtor rural permite as mesmas vantagens ao proprietário da terra.

Posseiros (ou moradores) - embora esse primeiro termo seja mais empregado para designar pequenos produtores rurais que, tendo ocupado áreas de fronteira mantêm-se nelas com ou sem o título legal de posse, aqui neste trabalho é usado para designar os residentes nas propriedades, que por terem sido imobilizados desde épocas anteriores, (por meio da cessão de um sítio ou roçado, oferecendo em contrapartida dias de trabalho gratuito, ou a preços mais baixos do que os predominantes na localidade), permanecem residindo nas propriedades e com "direito" a posse e uso de uma pequena gleba, em troca da disponibilidade para prestação de serviços quase nos mesmos moldes anteriores.

Expropriados - aplicado mais a antigos pequenos proprietários que perderam, no todo ou em parte, o seu imóvel aqui está sendo usado no sentido de pequenos produtores rurais (rendeiros, parceiros ou posseiros) aos quais passa a ser impedido, ou restringido, o acesso à terra.

Proletarizados - aqueles já totalmente expropriados, detendo apenas sua força de trabalho como mercadoria. Transformados - no exemplo estudado - em proletários do campo, necessitando de se assalariar para reproduzir sua força de trabalho.

Assalariados - os que antecipadamente foram expropriados e vendem, em caráter temporário, ou permanente no caso de já proletarizados, a sua força de trabalho, por um salário que corresponde a um valor inferior ao que essa força gera.

Essa necessidade de tornar os termos teóricos comunicantes de uma especificidade, enquanto expressão dos elementos que a compõem, explica-se pela finalidade de alcan-

çar, através de abstrações , as determinações essenciais da realidade concreta elegida como problema.

"Só assim é possível ascender do abstrato ao concreto, isto é, superar a "abstratividade" dos conceitos mediadores do processo de conhecimento e representar a realidade mais objetivamente". (m).

II. LEVANTAMENTOS DOS DADOS : INSTRUMENTOS E FONTES

(m) MELLO. Op. cit.: p. 19.